

2025



**ESCOLA MUNICIPAL
JOSÉ GOMES GONÇALVES**

2025

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

Instrumento que reflete a proposta educacional da Escola Municipal José Gomes Gonçalves, expressando o planejamento do trabalho coletivo da comunidade escolar, cujas responsabilidades, pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

*Um livro, uma caneta, uma criança e um professor
podem mudar o mundo.*

Malala Yousafzai

SUMÁRIO

1. Apresentação	07
2. Dados da Unidade Escolar	09
3. Histórico	10
4. Missão	11
5. Diagnóstico	12
5.1. Aprendizado, Fluxo, Distorção série-idade, IDEB, Meta	12
5.2. Saego Alfa.....	13
5.3. Avaliação de Fluência Leitora-Percentuais de Entrada e Saída	14
5.4. Resultados Finais do Ano Anterior.....	15
5.5. Análise SWOT.....	15
6. Objetivos	18
6.1. Objetivo Geral.....	18
6.2. Objetivos Específicos.....	18
7. Princípios Legais e Norteadores da Educação Básica	20
7.1. Princípios Legais.....	20
7.2. Princípios Epistemológicos.....	21
7.3. Princípios Didático-Pedagógicos.....	22
7.4. Princípios Éticos	23
7.5. Princípios Estéticos	23
8 .Estrutura e Funcionamento da Instituição.....	26
8.1. Organização Administrativa e Pedagógica	26
8.2. Espaço Físico, Instalações e Equipamentos.....	26
8.3. Organização das Turmas e Participação Discente	28
8.3.1. Educação Infantil	28
8.3.2. Ensino Fundamental I e II.....	28
8.3.3. AEE – Atendimento Educacional Especializado	29
8.3.4. Regimento Escolar	30
8.3.5. Conselho de Classe	30

8.4. Recursos Humanos.....	31
8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica	31
8.4.2. Docentes.....	31
8.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais.....	32
9. Organização Curricular	33
9.1. Educação Infantil	33
9.3. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógicas.....	35
10. Iniciativas Educacionais.....	42
10.1. Projetos Municipalizados e Institucionais	42
10.2. Projetos da Instituição.....	56
10.3. Temas Transversais.....	66
10.4. Sala Maker	67
10.5. Laboratório de Informática.	68
11. Avaliação.....	68
11.1. Critérios de Avaliação.....	68
11.1.2. Educação Infantil.....	68
11.1.3. Ensino Fundamental.	69
11.1.4. Ciclo de Alfabetização 1º e 2º Ano.....	69
11.1.5. Ensino Fundamental (2º ao 9º Ano).	69
11.1.6. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	70
12. Recuperação Paralela	71
13. Recuperação Especial	72
14. Progressão Parcial.	72
15. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição.....	73
16. Referências Bibliográficas.....	75
17. Ata de Aprovação.....	78
18. Anexos.....	79



1. Apresentação

O Projeto Político Pedagógico é um importante instrumento de organização escolar cuja, dimensão, mais que política, é a contribuição para a formação de uma consciência coletiva de cidadania no ambiente escolar. Tem a finalidade de explicitar a intenção de construção coletiva de uma escola cidadã, democrática e de qualidade, envolvendo efetivamente educadores, pais, estudantes, agentes educacionais e comunidade.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico é uma necessidade, haja vista que toda escola precisa registrar seus dados, situar-se no contexto social. Renovar-se planejando a curto, médio e longo prazo, sistematizar a sua prática, bem como, descrever sua dinâmica, e disso dependerá a sua história atual e futura. O planejamento das atividades escolares é uma necessidade fundamental e, por esta razão, o objetivo principal do Projeto Político Pedagógico é uma proposta de encaminhamento para as ações pedagógicas, apresentando organização e operacionalização do trabalho escolar, de acordo com os princípios e metas estabelecidos para o desenvolvimento da aprendizagem, da melhoria da qualidade de ensino, da pesquisa como processo de construção do conhecimento, do respeito às diferenças e à diversidade, da formação continuada do professor, da contextualização dos procedimentos avaliativos da valorização do aluno como sujeito do processo ensino aprendizagem. Considerando a importância do Projeto político Pedagógico, a Escola Municipal José Gomes Gonçalves visa atender as dimensões política e pedagógica de educação conforme a concepção de mundo, sociedade, educação, professor e aluno.

Sabedores que a educação é um processo pelo qual se busca conhecimentos para levar o educando a se tornar crítico e conhecedor de seus direitos e deveres, a equipe gestora da Escola Municipal José Gomes Gonçalves, juntamente com o corpo docente, discente e comunidade escolar, elaboraram coletivamente o presente Projeto Político Pedagógico, visando a melhoria na qualidade do ensino e do trabalho em equipe.

Entende-se por proposta pedagógica, as ações de cunho cultural, educacional e sócio interativas, que visam o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, ou seja, ações que propiciam o aprimoramento cultural (em suas diversas formas de expressão), cognitivo

(desenvolvimento intelectual) e psicossocial (visando a integração e a convivência em grupo reforçando os aspectos de preparação para inserção na sociedade e mercado de trabalho).

O Projeto Político Pedagógico, interdependente da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira da instituição educacional, representa mais do que um documento, sendo um dos meios de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.

A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.

Assim, a presente proposta mostra a seriedade e a integridade do trabalho a ser desenvolvido de acordo com a legislação vigente e em consonância do que realmente entende-se por instituição educacional.

Falar da educação como um campo de conhecimento, é compreender que a educação é um campo de investigação e pesquisa que leva o indivíduo a enriquecer cada vez mais seus conhecimentos.

A participação e envolvimento das pessoas, o coletivo da escola, pode levá-la a ser eficiente e eficaz.

Conforme Veiga, o Projeto Político Pedagógico “É também um instrumento que identifica a escola como uma instituição social, voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim”.

Ao construirmos o PPP, levamos em conta a realidade da escola. Através dos dados levantados buscaremos soluções através de projetos inovadores tendo como foco principal o sucesso da aprendizagem.

A participação dos docentes na elaboração do Projeto Político Pedagógico promove uma dimensão democrática na escola na tomada de decisões e nessa perspectiva, as decisões não centralizadas no Gestor cedem lugar a um processo de fortalecimento da função social e dialética da escola por meio de um trabalho coletivo entre todos os segmentos participantes e a comunidade escolar.

2. Dados da Unidade Escolar

Nome:		
Escola Municipal José Gomes Gonçalves		
Endereço:		
PA Presidente Lula, BR 040 – Km 139/140, (antiga fazenda Meireles), zona rural.		
Endereço Eletrônico:		
escolajosegomes@cristalina.go.gov.br		
Localização:		
Zona Rural		
CNPJ:	Código INEP:	Forma de Manutenção:
05.729.507/0001-02	52045820	
Lei de Criação: 033/06		
Ato Autorizativo em Vigor: Processo nº 04/2018; Parecer CME nº 11/2018.		
Níveis e Modalidades Ofertados:		
Educação Infantil – Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais Educação Especial		
Turnos/Horário de Funcionamento Pedagógico:		
Matutino – 7:15 às 11:45 horas		

2. Histórico

A Escola foi criada em 1996 pela Secretaria Estadual de Educação, portaria 1971/96, sendo denominada Escola Municipal José Gomes Gonçalves I, localizada na extinta fazenda São Marcos; posteriormente mudou-se para a Fazenda Cristal.

Em agosto de 2001, a Escola Municipal José Gomes Gonçalves I, foi reinaugurada na fazenda Casa Branca, no assentamento de mesmo nome na BR 040, sentido ao Estado de Minas Gerais, primeiramente a escola contou somente com o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, sendo que em 2002 implantou o Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série (1º ao 9º ano).

Em novembro de 2004, a escola passou por sua primeira eleição para escolha democrática do diretor, sendo eleita a chapa liderada pela professora Márcia Alves Cunha, reeleita em novembro de 2006. No período anterior à escola era dirigida por um sistema de direção à distância, promovido pela Secretaria Municipal de Educação.

Em outubro de 2006, a escola entrou em processo de autorização de funcionamento, pois funcionava sem autorização do Conselho Municipal de Educação, o que foi concedido pela Resolução 033/06 de 06 de outubro de 2006.

Em julho de 2008, a escola teve sua sede mudada para a antiga Fazenda Meireles (PA Presidente Lula), onde passou novamente por um processo eleitoral democrático, sendo vencedora a chapa liderada pela professora Dora Gonçalves de Carvalho Botelho, Pedagoga e pós-graduada em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, reeleita em 2010, com vencimento do mandato foi nomeada permanecendo como diretora da Escola Municipal José Gomes Gonçalves e dos anexos (Escola Municipal Professora Márcia Assis Cozac – PA Buriti das Gamelas) e (Escola Municipal Professora Maria Helena Abreu Moraes – PA Manacá) até o dia 31 de dezembro de 2016.

Em janeiro de 2017 a escola passou novamente por um processo eleitoral democrático, sendo vencedora a chapa liderada pela professora Vania Lourdes de Sá, Pedagoga e pós-graduada em Métodos e Processos de

Alfabetização. Em novembro de 2020 a professora Vânia Lourdes de Sá foi mais uma vez eleita. A partir de 2021 a professora Dora Gonçalves de Carvalho Botelho, Pedagoga e pós-graduada em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica através dos votos foi eleita a direção onde permanece até os dias atuais focando sempre no desempenho educacional da instituição que é mostrada através de dados, médias dos alunos e concursos feitos pela prefeitura onde a escola sempre está no ranking com positividade no nível educacional. Atualmente a escola tem uma estrutura maravilhosa na unidade escolar e quadro de professores completos com a gestora Dora Gonçalves de Carvalho Botelho.

4. Missão

Contribuir para as constantes melhorias das condições educacionais da sociedade livre, assegurando uma educação de qualidade aos nossos alunos, num ambiente de responsabilização social e individual, participativo, criativo, inovador e de respeito ao próximo;

Nossa missão é fornecer serviços educacionais de qualidades, excedendo as expectativas dos nossos alunos, proporcionando a todos os nossos beneficiários a possibilidade de cooperarem conosco num ambiente de criatividade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola, formando cidadãos críticos, capazes de agir na transformação da sociedade;

Nossa missão é oferecer um ensino de qualidade, garantindo a participação ativa da comunidade escolar, contribuindo para formação integral dos alunos, para que eles possam agir construtivamente na transformação do seu meio.

Dessa forma, as escolas trabalham no sentido de organizar a vida intelectual e moral do educando, agindo de forma que tenham a organização mental dentro dos parâmetros exigidos no meio social que estão inseridos.

5. Diagnóstico

5.1. Aprendizado, Fluxo, Distorção série-idade, IDEB, Meta

		Aprendizado	Fluxo/ Indicador de Rendimento	Distorção idade-série	IDEB	Meta
ANOS INICIAIS	2019	5,68	0,92		5,2	5,2
	2021	6,51	0,99		6,4	5,5
	2023	4,52	1,00		4,5	5,5
ANOS FINAIS	2019	4,13	0,92		4,0	5,2
	2021	5,33	1,00		5,3	5,4
	2023	4,69	1,00		4,7	5,5

Fonte de pesquisa <http://www.qedu.org.br>

5.2. Saego Alfa

SAEGO ALFA 2º ANO									
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
2023		2024			2023		2024		
% PARTI CIPAÇ ÃO	PROFI CIÊNCI A	% PARTI CIPAÇ ÃO	PROFI CIÊNCI A	E V O L U Ç Ã O ↑↓	% PARTI CIPAÇ ÃO	PROFI CIÊNC IA	% PARTI CIPAÇ ÃO	PROFI CIÊNC IA	E V O L U Ç Ã O ↑↓
95%	490	88%	557	66	94%	526	88%	645	53
LÍNGUA PORTUGUESA (Escrita)									
94%	563	96%	615	52					

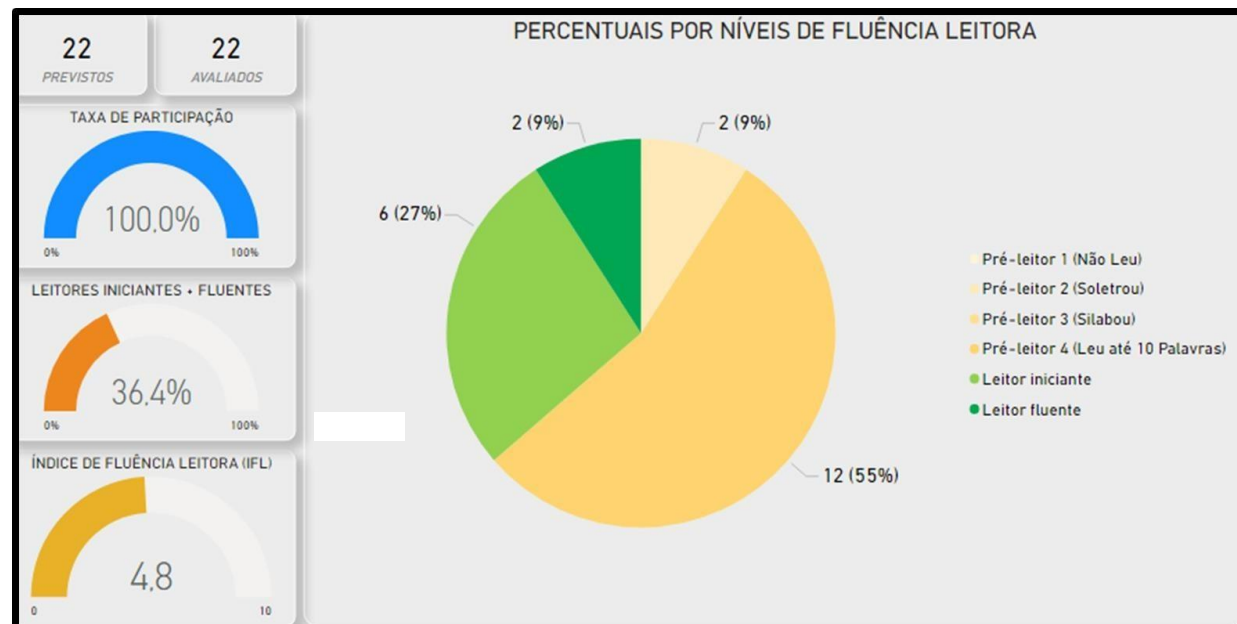
Fonte: Resultado Saego Alfa 2023/2024

SAEGO ALFA 5º ANO									
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
2023		2024			2023		2024		
% PARTI CIPAÇ ÃO	PROFI CIÊNCI A	% PARTI CIPAÇ ÃO	PROFI CIÊNCI A	E V O L U Ç Ã O ↑↓	% PARTI CIPAÇ ÃO	PROFI CIÊNC IA	% PARTI CIPAÇ ÃO	PROFI CIÊNC IA	E V O L U Ç Ã ↓↓
93%	204	73%	205	02	90%	202	73%	205	00

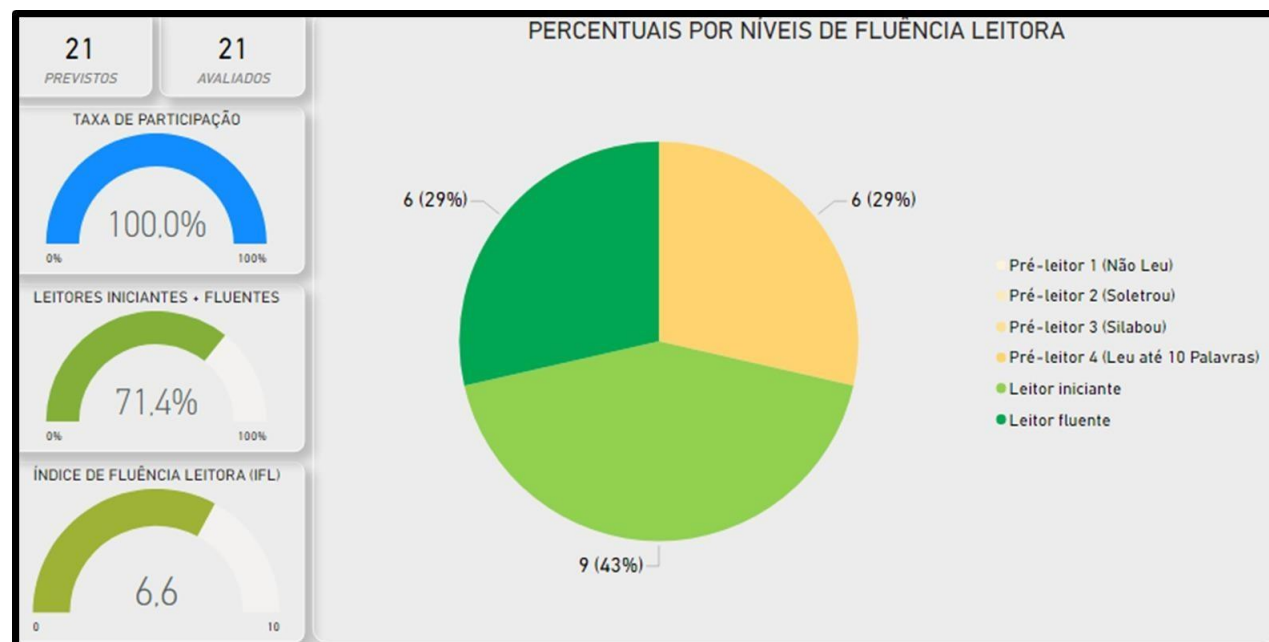
Fonte: Resultado Saego Alfa 2023/2024

5.3. Avaliação de Fluência Leitora - Percentuais de Entrada e Saída

2024 – Entrada



2024 – Saída



Fonte: CAEd/UFJF – Produção PARC/ABC – Ano 2024

5.4. Resultados Finais do Ano Anterior

Série	Matrícula Inicial	Transferidos	Evadidos	Matrícula Final	Aprovados	Reprovados	% Aprov.	% Repr.
Agrupamento 4 anos	11	1	0	11	11	0	100%	0%
Agrupamento 5 anos	9	5	0	9	9	0	100%	0%
1º ano	13	5	0	13	13	0	100%	0%
2º ano	21	5	0	21	21	0	100%	0%
3º ano	25	6	0	25	25	1	100%	1%
4º ano	9	8	0	9	9	0	100%	0%
5º ano	11	9	0	11	11	0	100%	0%
6º ano	13	3	0	13	15	1	100%	1%
7º ano	12	3	0	12	13	0	100%	0%
8º ano	10	4	0	10	10	0	100%	0%
9º ano	16	4	0	16	16	0	100%	0%

Fonte Ata de Resultado Final 2024

5.5. Análise SWOT

(Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças)

A Análise SWOT é uma ferramenta estratégica que visa identificar e compreender as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da escola, contribuindo para o planejamento e a tomada de decisões. A partir dessa análise, é possível traçar estratégias que potencializem os pontos fortes da instituição, minimizem os pontos fracos, aproveitem as oportunidades externas e enfrentem as ameaças, criando ações por meio de projetos ou outras iniciativas que impulsionem a transformação e o aprimoramento contínuo da escola.

Forças	Fraquezas
● Participação de membros da comunidade escolar nos projetos.	● Curso de capacitação dos professores do Agrupamento de 04 ao 9º Ano.
● Aquisição de novos acervos da biblioteca.	● Curso de capacitação para todos os professores na área da inclusão.
● Implementação da sala de leitura através da Secretaria de Educação, Nutrien e Rede Transforma.	● Curso de capacitação para coordenadores pedagógicos na área da inclusão.
● Eficácia e prontidão das funcionárias da secretaria.	● Atingir a meta do IDEB.
● Planejamento que atende o currículo.	● Internet fraca.
● Liberdade de expressão.	● Déficit de livros.

● Alimentação de qualidade.	● Alunos do 8º ano que ainda não são fluentes na leitura e não têm habilidades de cálculo matemático simples.
● Distribuição de materiais escolares para os alunos.	
● Atendimento especializado (AEE).	
● Boa frequência dos alunos.	
● Apoio da Equipe Pedagógica da Secretaria de Educação.	
● Comprometimento da equipe gestora.	
● Diálogo, Tolerância e Solidariedade.	
● Quadro de professores completo.	
● Ambiente agradável.	
● Segurança para os alunos com a reforma e a construção do alambrado.	
● Liderança forte e atuante.	
● Bons resultados em avaliações externas.	
● Cultura de planejamentos de projetos.	
● Qualidade de ensino.	
● Culminância de todos os projetos elaborados no PPP.	
Oportunidades	Ameaças
● A instituição zela pela presença e participação dos pais e comunidade.	A escola tem a preocupação de observar a realidade dos sujeitos envolvidos e busca as condições necessárias para melhor desenvolver ações planejadas no decorrer do ano letivo.
● Interação com os responsáveis dos alunos para buscar melhorias no ensino.	Não existe dentro da instituição registro de ocorrência de ameaça de caráter de riscos como greves, pressão por vagas, até mesmo porque o gestor jamais dispensou ou recusou alunos.
● Compromisso de preparar os discentes, oferecendo cursos e palestras.	
● Entrega de kits escolares para os alunos.	
● Cursos oferecidos pela Secretaria de Educação, participação em Programas de treinamento e formação (Alfa Mais Goiás).	
● Oferecer programas de reforço: oficinas de leitura e cursos de matemática básica para alunos do 8º ano, visando melhorar habilidades e desenvolver competências essenciais.	

Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
- Programa AlfaMais Goiás: Garante a alfabetização de todas as crianças nos primeiros anos.	- Falta de rotina de estudos em casa: Muitas crianças não têm acompanhamento familiar para estudar fora da escola.

- Kits literários: Incentivam a leitura e o desenvolvimento da escrita desde os primeiros anos.	- Desinteresse parental: Pais não participam ativamente das reuniões e não buscam informações sobre os filhos.
- Feira cultural e tecnológica: Crianças são protagonistas, mostrando suas habilidades em projetos interativos.	- Crianças sozinhas em casa: Muitas ficam sem supervisão, afetando seu bem-estar e aprendizado.
- Projetos educacionais de parceiros privados: Oferecem recursos extras e novos programas.	- Influência das telas: Uso excessivo de dispositivos eletrônicos, prejudicando o foco no estudo.
- Projetos educacionais de parceiros privados: Oferecem recursos extras e novos programas.	- Crianças criadas por avós: Falta de acompanhamento adequado dos filhos, dificultando o desempenho escolar.
- Transporte escolar: Garante o acesso à escola para alunos de áreas distantes.	
- Liderança forte e comprometida: Garantia de boa gestão e qualidade do ensino.	
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
- Expansão de programas de alfabetização (como o AlfaMais Goiás) para consolidar a aprendizagem nos primeiros anos. - Busca Ativa - Fortalecer a busca ativa dos estudantes para garantir sua participação e acompanhamento contínuo	- Vulnerabilidade social e econômica: A pobreza nas famílias afeta o desempenho e a permanência na escola.
- Programas de treinamento e formação: Capacitação contínua para professores e gestores.	- Instabilidade política: Mudanças nos gestores podem afetar o andamento de programas educacionais.
- Entrega de kits escolares: Garante que todos os alunos tenham os materiais necessários para aprender.	- Violência nas comunidades: Impacta a segurança dos alunos e o ambiente escolar.
- Integração da Computação na Educação, alinhada às diretrizes da BNCC: desenvolver habilidades em pensamento computacional e preparar os alunos para os desafios do futuro digital, enriquecendo o processo de aprendizagem.	- Desinteresse dos pais: Falta de acompanhamento e apoio dos pais ao desempenho escolar dos filhos.
- Parcerias com a iniciativa privada: Recursos adicionais para expandir programas como a Feira cultural.	- Desigualdade educacional: Diferenças no nível de preparação dos alunos, impactando a eficácia do ensino.
- Escolas de tempo integral: Mais tempo para garantir o aprendizado e apoiar as crianças em um ambiente seguro.	- Evasão escolar: A alta taxa de abandono, especialmente em áreas de vulnerabilidade social.

6. Objetivos

6.1. Objetivo Geral

Aperfeiçoar a prática pedagógica da escola através de ações pedagógicas que efetivem o ensino-aprendizagem com ações inovadoras e diversificadas. Promover a alfabetização de alunos do 1º e 2º ano dentro da idade certa, por meio da implementação de programas e estratégias pedagógicas focadas no desenvolvimento integral das competências linguísticas e cognitivas. Isso inclui a melhoria das habilidades de leitura e escrita, ampliação do vocabulário, fluência leitora, produção de textos simples e a preparação para avaliações externas, como o SAEGO ALFA e o SAEB. Além disso, busca-se assegurar o acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos, utilizando ferramentas como a plataforma Criança Alfabetizada e o SIAM, para monitorar o progresso e implementar ações corretivas que garantam o alcance das metas estabelecidas para o IDEB 2025.

6.2. Objetivos Específicos

- Promover eventos culturais que despertem o gosto pela educação no campo e que resgatem as tradições do local onde vivem, além de datas comemorativas (Dia das mães, dos pais, do estudante, da criança, dos professores, semana do folclore, da primavera, entre outros);

- Promover eventos culturais envolvendo a participação dos pais, visando à integração da comunidade e instituição de ensino;
- Buscar parcerias com órgãos e/ou instituições para a melhoria e aprimoramento da Escola.
- Buscar junto a Secretaria de Educação cursos de capacitação para os professores;
- Promover gincanas culturais e educativas nas datas comemorativas;
- Dar continuidade ao Projeto “Horta Orgânica”, como complementação pedagógica das disciplinas e da alimentação escolar, aproveitando o espaço e potencial existente na escola;
- Desenvolver atividades de preservação ambiental e estudos e cuidados do pomar existente na escola, bem como a valorização de outras formas de vegetação (Escola Sustentável).
- Proporcionar e aprimorar o projeto MINHA ESCOLA LÊ EM VOZ ALTA, visando o desenvolvimento pelo gosto da leitura e a melhoria na escrita dos alunos;
- Proporcionar suporte pedagógico aos alunos com deficiência de aprendizagem através de professores de apoio;
- Desenvolver projetos de civismo;
- Implantar projetos educativos com a participação dos pais;
- Promover palestras educativas (com profissionais das áreas da saúde, da educação, da agricultura, do planejamento familiar, entre outras), para os pais e alunos;
- Melhorar o IDEB dos anos finais e manter\melhorar o IDEB dos anos iniciais.

- Incentivar os professores a utilizarem de forma correta os materiais de estudos enviados pela SME para preparação da Prova Brasil.
- Melhorar a qualidade da aprendizagem visando uma educação inovadora.
- Proporcionar aos alunos e funcionários uma internet de qualidade.

Garantir a alfabetização na idade certa dos alunos do 1º e 2º ano, por meio do programa ALFAMAIS Goiás, com foco no desenvolvimento das habilidades fonológicas, ampliação do vocabulário, produção de textos simples e fluência leitora. Para isso, será implementado um programa intensivo de leitura e escrita, acompanhado de avaliações modelo fornecidas pela plataforma Criança Alfabetizada, que também incorpora a Fluência Leitora para monitorar o progresso dos alunos. Os alunos serão preparados para a prova SAEGO ALFA, alinhada às habilidades de alfabetização das matrizes de referência, e para o SAEB, abordando as competências exigidas nas áreas de linguagem, matemática e ciências, com o objetivo de alcançar a meta do IDEB 2025. O SIAM será utilizado para monitorar o desempenho dos alunos ao longo do processo, fornecendo dados em tempo real que permitirão ajustes contínuos nas estratégias pedagógicas e garantindo a adequação das habilidades exigidas nas avaliações, promovendo a preparação contínua dos alunos para os desafios da educação e seu desenvolvimento nas etapas subsequentes.

7. Princípios Legais e Norteadores da Educação Básica

7.1. Princípios Legais

Dentre os documentos norteadores legais da Educação Básica estão a Lei nº 9.394/96, que estabelece atuais princípios e fins da educação brasileira definidos no título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º. O artigo 2º afirma que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já, o artigo 3º reafirma o disposto no artigo 206 da CF, estabelecendo que o ensino será ministrado nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Lei nº 11.274/2006 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. O objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

Normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796/2013, essa lei modifica a Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. As redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral.

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantindo preferencialmente a ampliação do atendimento aos educandos na própria rede pública.

Houve ainda a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases, de dispositivo segundo o qual o ensino será ministrado, entre outros itens, em consideração com a diversidade étnico-racial.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes nas instituições escolares entre outros espaços e grupos de convívio.

7.2. Princípios Epistemológicos

As essências das ações educacionais serão pautadas na finalidade de assegurar o direito do aluno em obter um espaço propiciador para o seu desenvolvimento, fundamentado num projeto pedagógico, delimitador dos pressupostos teóricos condutores da dinâmica da instituição.

Neste pressuposto a educação assume contornos que privilegiam o educando, suas vivências, seus valores e normas de agir, tendo visão de homem centrada na experiência, na vida e na atividade.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando os alunos em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem a eles seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora. As ações desenvolvidas devem fundamentar-se nos princípios de:

- 1) Educação ativa e relacionada com os interesses, necessidades e potencialidades do aluno;
- 2) Ênfase na aprendizagem através da resolução de problemas;
- 3) Ação educativa ligada à vida e não entendida como preparação para a vida;
- 4) Incentivo da solidariedade e não da concorrência.

Em síntese, a ação educativa da instituição de educação fundamental deve interpretar os interesses imediatos dos alunos e os saberes já construídos por eles, além de buscar ampliar o ambiente simbólico a que estão sujeitos, bem como comprometer-se em garantir o direito de estudante a que têm. Tomar parte no

processo de educação para cidadania que envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

Levando-se em conta as atuais concepções sobre a proposta de educação inclusiva esta deve ser aplicada a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesta concepção a escola deve promover transformações que levem à inclusão social, preparando o educando com necessidades educacionais especiais, do ponto de vista cognitivo, com atendimentos pedagógicos específicos adaptados, a fim de permitir o desenvolvimento do aluno no sentido de que esse possa adquirir consciência do valor da escola para a sua formação, o convívio social, desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

7.3. Princípios didático-pedagógicos

Em conformidade com o art.22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Dessa forma, a instituição, como a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”.

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC interrelacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Essas competências gerais são:

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

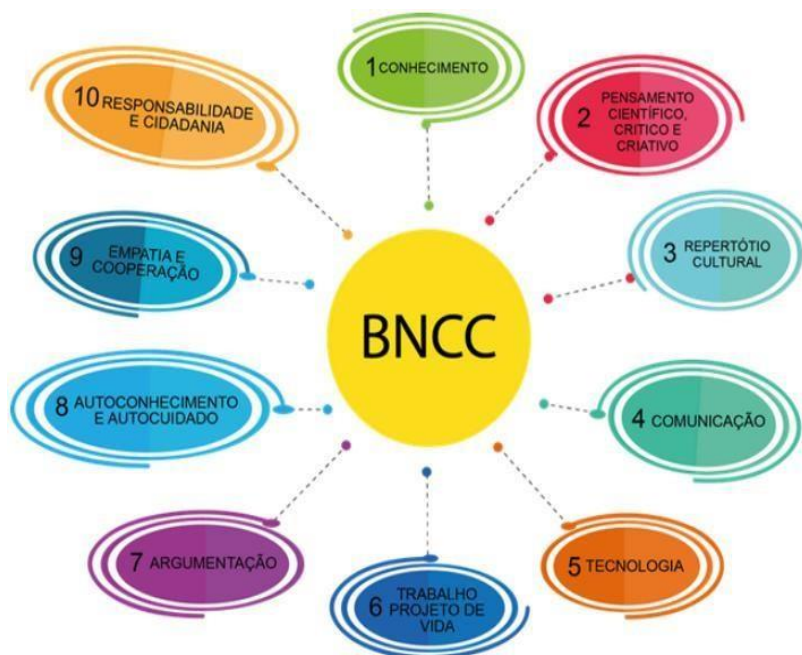
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

7.4. Princípios Éticos

O princípio Ético propõe uma educação baseada na justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

7.5. Princípios Estéticos

O princípio Estético propõe o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidade plurais e solitárias.



Para efetivar nas escolas uma educação integral é preciso que o currículo também seja integrado, isto é, possa ser praticado por todos os atores educativos da comunidade escolar, sejam eles gestores, pedagogos, professores da Educação Básica, educadores sociais ou outros que atuem na escola com os professores e os estudantes, desde que este currículo seja amplamente discutido e construído com a participação de todos. Organizar uma proposta pedagógica na perspectiva do currículo integrado consiste em construir uma nova postura pedagógica, que rompa com a sua estrutura fragmentada, adotando uma abordagem integradora que traga os estudantes para o centro do processo de formação e que conecte a sua experiência escolar à experiência social.

Portanto, a ampliação da jornada objetiva a oferta de um currículo mais significativo aos estudantes, integrando a formação básica a outros conteúdos e experiências, garantindo-lhes a melhoria da aprendizagem em todas as áreas do conhecimento, e, sobretudo, o desenvolvimento de habilidades que ampliem o letramento em Língua Portuguesa e em Matemática. Aos estudantes devem ser garantidas por meio de atividades que visem a melhoria da aprendizagem desenvolvimento das competências da Base Nacional Comum Curricular.

A nova organização curricular da Educação Integral do Ensino Fundamental é composta pelas Áreas do Conhecimento e pelos Campos Integradores, possibilitando a identificação e o desenvolvimento dos Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento e das Habilidades de cada etapa de ensino, de acordo com o Plano Curricular Municipal de Cristalina – GO, DCGO e a Base Nacional Comum Curricular. Dessa forma, ela estabelece um currículo com mais sentido. A escola precisa organizar-se para que a prática pedagógica desenvolvida pelos professores dos Componentes Curriculares e pelos professores dos Campos

Integradores seja integrada e planejada coletivamente e contemple atividades estruturadas e contextualizadas, que propiciem a aprendizagem significativa de todos os estudantes. Ressaltamos que o Especialista da Educação Básica tem papel fundamental no acompanhamento do trabalho docente e do processo de aprendizagem dos estudantes. É essencial que todas as dificuldades apresentadas pelos estudantes e/ou professores sejam discutidas e intervenções sejam propostas para garantir que os objetivos de aprendizagem propostos no planejamento sejam efetivados.

O currículo da oferta da Educação em Tempo Integral se organiza a partir das concepções expressas no Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica, incluindo a Proposta Pedagógica Curricular, de forma que a prática curricular não fragmente e/ou dissocie as atividades acadêmicas e lúdicas. Outro aspecto essencial é o tratamento de todos os elementos que compõe o currículo com o mesmo grau de importância no processo de desenvolvimento e de formação humana da criança, sejam as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular ou outros componentes curriculares definidos por esta instituição de ensino.

Para que a ampliação do tempo escolar não se resuma apenas no aumento de horas de permanência do estudante na escola é importante a compreensão política, epistemológica e pedagógica desse tempo escolar ampliado, levando a uma organização curricular e didática que realmente implique em mais e melhor ensino-aprendizagem e desenvolvimento.

A permanência ampliada na escola e o redimensionamento dos processos educativos são consequência, e não um fim em si mesmo, de um projeto de educação e desenvolvimento das crianças. Os tempos de aprendizagem e de permanência se ampliam e se alteram visando mais tempo para o conhecimento, mais tempo para que a escolarização atinja níveis cada vez mais elevados de formação corporal, psicológica, social, cultural, científica, estética, ética, afetiva, política.

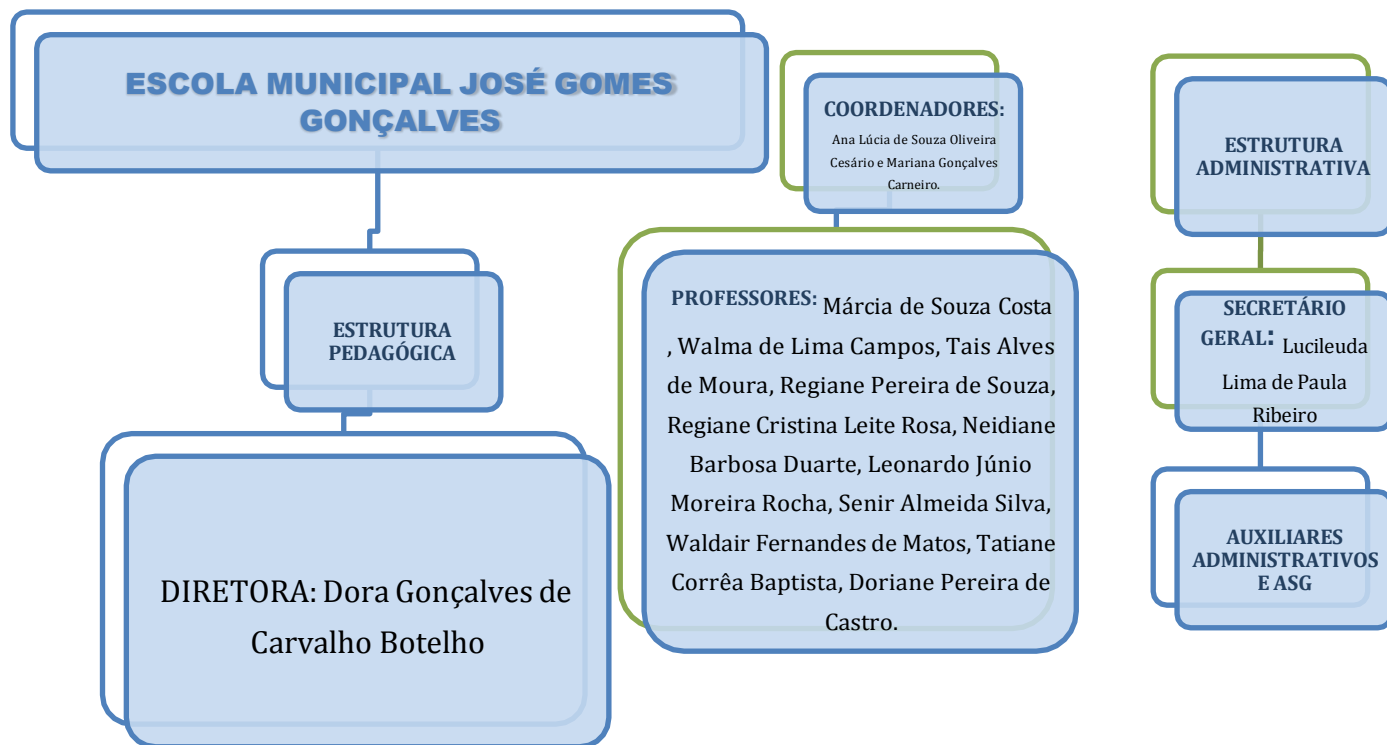
A ampliação do tempo escolar no Ensino Fundamental deve implicar no lúdico e nos espaços formativos apropriados para a infância, favorecendo o desenvolvimento físico, social e psíquico das crianças. Os espaços devem ser rearranjados atendendo ao desenvolvimento das crianças, previstos na proposta pedagógica curricular, com materiais e equipamentos diversos, para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, emocionais, culturais, sociais, físicas, entre outras, considerando a faixa etária atendida.

As organizações, os componentes curriculares são os contidos na Resolução nº 07/2010-CNE/CEB, que trata da articulação das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular e Parte Diversificada, e devem contemplar atividades curriculares complementares de ampliação de jornada, assim organizadas de acordo com as necessidades e especificidades desta instituição de ensino, autorizadas pela mantenedora.

A implementação de um currículo integrado objetiva, portanto, viabilizar a associação entre a formação básica e outros conteúdos e experiências, garantindo aos estudantes a melhoria da aprendizagem em todas as áreas do conhecimento, e o desenvolvimento de habilidades que ampliem o letramento em Língua Portuguesa e em Matemática.

8. Estrutura e Funcionamento da Instituição

8.1. Organização Administrativa e Pedagógica



8.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos

Dependências	Quantidade	Condições de Utilização	
		Adequado	Inadequado
Diretoria	01	x	
Secretaria	01	x	
Sala de professores	01	x	
Sala de coordenação pedagógica	01	x	
Sala de leitura ou biblioteca	01	x	
Sala de TV e vídeo	01	x	

Sala de informática	01	x	
Sala de Recursos/AEE	01	x	
Sala de ciências / laboratório	-	-	-
Auditório	-	-	-
Sala de aula	10		x
Almoxarifado	01	-	
Depósito de material de limpeza	01	x	
Despensa	01	x	
Refeitório	01		x
Pátio coberto	-	-	-
Quadra de esportes descoberta	-	-	-
Quadra de esportes coberta	-	-	-
Cozinha	01	x	
Sanitário dos funcionários	02	x	
Sanitário dos alunos	05	x	
Sanitário adaptados para crianças e/ou deficientes.	-	-	-
Rampas	04		x
Corrimão	03	x	

8.3. Organização das turmas e Participação Discente

De acordo com a Resolução CME nº 60/2023, artigo 32, § 2º e 3º, a organização das turmas multisseriadas na Educação Infantil deve respeitar a separação entre os estudantes da creche (0 a 3 anos) e da Pré-Escola (4 a 5 anos).

Quanto à Educação de Jovens e Adultos (EJA), a estrutura multietapas será organizada, conforme Res. CME nº 127/2024, da seguinte forma: no 1º Segmento, os anos iniciais do Ensino Fundamental terão turmas de 1ª e 2ª Etapas juntas, e de 3º e 4ª Etapas também agrupadas; no 2º Segmento, os anos finais do Ensino Fundamental terão turmas de 1ª e 2ª Etapas, e turmas de 3º e 4ª Etapas, de forma similar.

8.3.1. Educação Infantil

Período Matutino			
Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m²
4 anos		8	18, 85m²
5 anos		14	
TOTAL DISCENTE		22	

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2025 – Sistema MegaEduca

8.3.2. Ensino Fundamental I e II

Período Matutino			
Série/Ano	Turma	Nº alunos	Sala m²
1º ano		10	17, 55m²
2º ano		16	24, 50m²
3º ano		21	31, 60m²
4º ano		27	36, 60m
5º ano		11	25, 88m²
6º ano		11	20, 9m
7º ano		15	18, 85m²
8º ano		15	31, 60m²
9º ano		10	18, 85m²
TOTAL DISCENTE	158		

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2025 – Sistema MegaEduca

8.3.3. AEE – Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atende o público-alvo da Educação Especial na instituição, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. O AEE é realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM). O AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contra turno. Em outros momentos, o profissional também realiza um diálogo constante com professores e estudantes.

Não é um reforço e nem uma sala em separado. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante.

O AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contra turno. Em outros momentos, o profissional também realiza um diálogo constante com professores e estudantes.

Não é um reforço e nem uma sala em separado. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante.

A professora Senir Almeida Ramos profissional responsável pelo AEE da instituição.

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes/crianças público-alvo da Educação Especial;
- II- Elaborar e executar Plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como, elaborar o Plano Anual do Atendimento Educacional Especializado;
- III- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes/crianças na sala de recursos multifuncionais;
- IV- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V- Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante/criança;
- VII- Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes/crianças, promovendo autonomia e participação;
- VIII- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes/crianças nas atividades escolares, auxílio na elaboração e adequações curriculares e de ambiente.
- IX – Realizar o Estudo de Caso e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em novembro de 2024.

8.3.4. Regimento Escolar

O regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

O Regimento é uma reflexão que a escola tem sobre si mesma, baseado em princípios democráticos, de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município.

A resolução do Conselho Municipal de Educação nº 06/2025 aprova as diretrizes para o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, alinhando-se às normas estabelecidas pelo Regimento Escolar Único da Rede Municipal de Educação.

8.3.5. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar. Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos, professores e da instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

A equipe pedagógica deve ter em mente os alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem dos alunos. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos; e formação do caráter e da cidadania. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

O Conselho de Classe, para cumprir sua função, exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

É necessário que enquanto os alunos têm seu desenvolvimento avaliado, os professores também reflitam sobre a necessidade de reformular as práticas educativas a fim de levar sugestões para somar às reflexões que serão realizadas durante o Conselho de Classe. O processo dessa participação estudantil no conselho começa com os representantes de classe reunindo as opiniões sobre a postura de cada professor com a sala e da dinâmica de seu trabalho. Após o levantamento do que gostariam que fosse mantido e do que é passível de melhora, acontece o pré-conselho. Nele, representantes de sala se reúnem com a equipe gestora para relatar as dificuldades da turma com cada professor, apontar as melhorias desde as considerações do último conselho e também apontar os alunos que precisam de mais atenção.

É importante salientar que para que o Conselho de Classe seja contabilizado como dia de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos, devem obrigatoriamente seguir o que preconiza a Resolução

CME nº 04 de 27/02/2020, no que concerne ao art. 5º, inciso I, onde lemos: As atividades escolares que compõem o dia de efetivo trabalho escolar se caracterizarão por toda e qualquer programação incluída no Projeto Pedagógico da escola, sempre com frequência exigível dos discentes, independente do quantitativo e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados.

8.4. Recursos Humanos

8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica

Função	Nome	Formação Nível/área	Situação Funcional
Diretora	Dora Gonçalves de Carvalho Botelho	Superior/ Pedagogia, Pós Graduação em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica.	Efetiva
Secretário(a) Geral	Lucileuda Lima de Paula Ribeiro	Licenciatura em Pedagogia	Efetiva
Coord. Pedagógico Anos Iniciais	Ana Lúcia de Souza Oliveira Cesário	Superior/ Pedagogia	Efetiva
Coord. Pedagógico Anos Finais	Mariana Gonçalves Carneiro	Superior/ Letras - Português e Inglês. Pós Graduação em Língua Portuguesa.	Efetiva

FONTE: Modulação 2025

8.4.2. Docentes

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional
Márcia de Souza Costa	Licenciatura em Pedagogia Pós-graduação em psicopedagogia com ênfase em educação especial e educação infantil	Agrup. 4 e 5 anos	Temporária
Walma de Lima Campos	Normal Superior /Magistério Pós-graduação em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica	1º Ano	Efetiva

Tais Alves de Moura	Normal Superior - Pedagogia	2º Ano	Efetiva
---------------------	--------------------------------	--------	---------

Regiane Pereira de Souza	Normal Superior - Pedagogia Pós Graduação em educação infantil e educação especial e psicopedagogia institucional	3º Ano	Temporária
Regiane Cristina Leite Rosa	Normal Superior - Pedagogia Pós-graduação em Psicopedagogia e Gestão Escolar	4º Ano	Temporária
Neidiane Barbosa Duarte	Normal Superior - Pedagogia Pós Graduada em metodologia de ensino de história e geografia/ Educação Especial e Inclusiva	5º Ano	Temporária
Leonardo Júnio Moreira Rocha	Superior em Matemática	Prof. 6º ao 9º Ano	Efetivo
Senir Almeida Silva	Normal Superior - Pedagogia	Prof. AEE	Efetiva
Waldair Fernandes de Matos	Normal Superior - Pedagogia	Prof. 6º ao 9º Ano	Temporário
Tatiane Corrêa Baptista	Normal Superior - Letras Pós-graduação em Contação de Histórias e Letramento Especial	Profº 6º ao 9º Ano	Temporária
Doriane Pereira de Castro	Normal Superior - Pedagogia	Profº 6º ao 9º Ano	Temporária

FONTE: Modulação 2025

8.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais

Nome	Formação	Atuação	Situação Funcional
------	----------	---------	--------------------

Elisângela Ferreira da Silva	Ensino Fund. Incompleto	Aux. Adm. ASG	Nomeada
------------------------------	-------------------------	---------------	---------

Amanda Gonçalves Gomes	Ensino Superior Completo	Auxiliar de Secretaria	Nomeada
Francisca das Chagas Pereira	Ensino Médio	Merendeira	Nomeada
Jefferson da Silva Ribeiro	Ensino Fund. Incompleto	Vigia	Nomeado
Luiz Antunes da Silva	Ensino Fund. Incompleto	Aux. Adm. ASG	Nomeado
Nataly Lopes da Silva Abreu	Ensino Médio	Aux. Adm. ASG	Efetiva
Patrícia Ribeiro dos Santos	Ensino Médio	Aux. Adm. ASG	Nomeada
Saulo Abreu Farias Lopes	Ensino Fund. Incompleto	Aux. Adm. ASG	Efetivo
Valdimar Pacheco da Silva	Ensino Médio	Vigia	Nomeado
Wagner Rodrigues Gomes	Ensino Médio	Vigia	Efetivo
Zenilton dos Reis Silva Matos	Ensino Fund. Incompleto	Merendeiro	Nomeado

FONTE: Modulação 2025

9. Organização Curricular

9.1. Educação Infantil

Os conteúdos curriculares da Educação Infantil são determinados a partir de definições das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, **Resolução CME nº 112** de 30 de outubro de 2019.

Em síntese estão pautados na definição de criança como “sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e, nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza o Plano Curricular da Educação com seus respectivos objetivos de aprendizagens:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua

materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. É importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. A imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais; procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

9.2. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógicas

Tema: Plano Curricular Municipal alinhado à BNCC (PCM) Orientação Metodológica: Direciona a construção do currículo da escola, assegurando que todas as práticas pedagógicas estejam alinhadas às diretrizes da BNCC. Ação Pedagógica: Orienta o planejamento de aulas e atividades de forma a garantir que os conteúdos abordados atendam às competências e habilidades previstas na BNCC. O PCM é encontrado no diários eletrônico do sistema MegaEduca.
Tema: Programa AlfaMais Goiás – Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada Orientação Metodológica: Oferece um modelo pedagógico focado na alfabetização eficiente no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

Ação Pedagógica:

Implementação de atividades de leitura e escrita que priorizam a alfabetização, utilizando as ferramentas do programa, com acompanhamento contínuo dos educadores e avaliação dos alunos.

Tema: Planejamento Semanal**Orientação Metodológica:**

O Planejamento Semanal do professor é essencial para garantir a organização e a eficácia das práticas pedagógicas. Alinhado ao plano curricular municipal, ele permite ao docente planejar e executar as atividades de acordo com as competências e habilidades estabelecidas para cada etapa da educação. O uso de livros didáticos e plataformas digitais, que oferecem avaliações contínuas e testes de fluência, assegura que o professor acompanhe o progresso dos alunos e ajuste suas estratégias de ensino. Além disso, a inserção do **pensamento computacional** e da **consciência ambiental**, previstos na Matriz Curricular Municipal (encontrado no diário sistema MegaEduca), contribui para a formação de alunos preparados para os desafios tecnológicos e socioambientais do futuro.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com o planejamento do professor, alinhado ao **Plano Curricular Municipal (PCM)**. Este planejamento inclui o uso **dos livros didáticos, o Livro LEIA e as plataformas digitais**, com foco em avaliações contínuas e atividades que promovam o desenvolvimento das habilidades dos alunos. O professor deve ajustar suas práticas de ensino com base nas respostas dos alunos ao conteúdo e nas estratégias aplicadas em sala de aula, assegurando a evolução de todos os estudantes. Além disso, o planejamento deve incorporar o **pensamento computacional**, que estimula o desenvolvimento de habilidades lógicas e tecnológicas, e a **consciência ambiental**, que sensibiliza os alunos sobre a importância da sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, temas que fazem parte do PCM. Dessa forma, o professor cria um ambiente de aprendizagem que vai além do conteúdo tradicional, preparando os alunos para as demandas do futuro.

Tema: Fluência Leitora

1. **Diagnóstico inicial:** Avaliar o nível de fluência com palavras, pseudopalavras e textos.
2. **Práticas diárias de leitura:** Leitura em voz alta, leitura compartilhada e repetição de textos.
3. **Trabalho com pseudopalavras:** Exercícios para decodificação e fluência.
4. **Simulados periódicos:** Preparar os alunos para os testes de entrada e saída com simulações regulares.
5. **Acompanhamento individualizado:** Sessões de reforço com base nos resultados das avaliações.
6. **Uso do Data-show:** Retroprojeção de palavras, pseudopalavras e textos de edições anteriores, com imagens associadas, para apoiar alunos com dificuldades e promover inclusão.

Tema: SIAM

Orientação Metodológica:

O SIAM oferece recursos que permitem aos educadores acompanhar o desempenho dos estudantes, identificar áreas que necessitam de reforço e planejar estratégias pedagógicas alinhadas às necessidades específicas de cada aluno.

Ação Pedagógica:

Com base nas informações fornecidas pelo SIAM, os professores podem monitorar o progresso dos alunos, identificar necessidades de intervenção, planejar ações pedagógicas, elaborar planos de aula direcionados, implementar atividades que atendam às demandas identificadas e avaliar continuamente a eficácia dessas ações, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz e personalizado.

Tema: Avaliações Contínuas das Aprendizagens (Plataforma Criança Alfabetizada)

Orientação Metodológica:

Plataforma que oferece avaliações formativas para estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental dos seguintes componentes: Leitura, Escrita, Fluência em Leitura e Matemática.

Acesse os testes aplicados nos anos anteriores. São três, sendo o CICLO I aplicado em março: <https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/index.html#!/minhapagina> (Coleção de Avaliações)

Ação Pedagógica:

Acompanhamento contínuo das habilidades de leitura, escrita e matemática, com ajustes pedagógicos baseados nos resultados das avaliações da Plataforma Criança Alfabetizada, garantindo que as necessidades de cada aluno sejam atendidas de forma personalizada. As avaliações contínuas são organizadas de acordo com os Ciclos de Aprendizagem:

- **Ciclo I** (Infância - Anos iniciais do Ensino Fundamental): Foca nas primeiras fases da alfabetização e letramento, avaliando o desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e escrita.
- **Ciclo II** (Início da consolidação de habilidades): Aplica-se a alunos em processo de consolidação do aprendizado, com ênfase em interpretação de textos e produção escrita.
- **Ciclo III** (Fase de proficiência e autonomia): Avalia a fluência e a capacidade de compreender e produzir textos de forma mais autônoma.

Tema: Parada Pedagógica/Reflexão Pedagógica

Orientação Metodológica:

- 1- Promover a formação contínua do professor
- 2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas
- 3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas

- 4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica
- 5 - Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas
- 6- Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros
- 7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas

Ação Pedagógica:

1- Promover a formação contínua do professor:

Incentivar a reflexão crítica do professor sobre sua prática docente, permitindo que ele reconstrua seus processos e escolhas pedagógicas a partir dessa reflexão.

2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas:

Realizar reuniões com objetivos claros e diretos, mas também oferecer espaço para dinâmicas e atividades interativas que promovam o aprendizado colaborativo e a melhoria do relacionamento entre os professores.

3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas:

Definir diretrizes claras para garantir que as Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas sejam efetivos momentos de formação continuada e orientação pedagógica.

4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica:

As Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas devem ocorrer no horário letivo regular, conforme o Calendário Municipal, respeitando a rotina escolar e sem prejudicar o funcionamento das instituições.

5- Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas:

Quando o Conselho Escolar participar, a presença dos alunos não será obrigatória nesses momentos, permitindo que a formação seja focada no desenvolvimento dos educadores.

6- Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros:

Planejar as Paradas Pedagógicas com metas e objetivos bem definidos pelo Departamento Pedagógico da SME, garantindo que sejam momentos de formação contínua e alinhados com as necessidades pedagógicas.

7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas:

As Paradas Pedagógicas devem incluir todos os funcionários da escola, não se limitando aos professores, promovendo uma abordagem colaborativa e integrada em toda a instituição.

Tema: Formação Continuada

Orientação Metodológica:

Visa promover o aprimoramento constante dos professores, com foco no desenvolvimento profissional e na atualização pedagógica.

Ação Pedagógica:

Realização de cursos, oficinas e encontros formativos periódicos para os educadores, com foco em novas metodologias de ensino, práticas de alfabetização, estratégias de inclusão e demais conteúdos que favoreçam o desenvolvimento da prática pedagógica e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Tema: Busca ativa

Orientação Metodológica:

A busca ativa é essencial para garantir a permanência e o engajamento dos estudantes na escola, especialmente aqueles em risco de evasão. A chamada diária é uma prática fundamental, pois permite detectar ausências rapidamente. Além disso, é imprescindível que o professor ou coordenador informe, diariamente, aos pais ou responsáveis sobre a falta do aluno, seja por celular ou por mensagem no grupo de WhatsApp da série do(a) aluno(a). Essa comunicação imediata contribui para que a família seja alertada e possa tomar as providências necessárias para garantir a frequência escolar e evitar que a criança se desvie para outros lugares no caminho para a escola ou fique exposta a outros riscos. A colaboração com o Conselho Tutelar e o preenchimento da ficha AMAI são passos importantes para registrar e monitorar situações de extrema ausência, possibilitando uma resposta eficiente e direcionada.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica deve incluir uma série de intervenções diretas e específicas para combater as ausências. Quando um aluno falta, a escola deve imediatamente entrar em contato com a família, seja por telefone ou através do grupo de WhatsApp de sua turma, para entender as razões da falta e oferecer apoio. O preenchimento da ficha AMAI (Acompanhamento de Menores em Atendimento Individual) deve ser feito para registrar situações de extrema ausência e, com isso, oferecer uma resposta mais eficiente e direcionada. Outra ação importante é o envolvimento do Conselho Tutelar, caso identifique-se alguma situação de risco mais grave. A integração desses esforços é essencial para garantir que as crianças não falem à aula, pois cada ausência prejudica o seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Ainda, a coordenação de cada escola deve transferir as faltas semanais pelo Sistema MegaEduca e informar aos responsáveis que o número de ausência leva à reprovação por faltas.

Tema: Campanha de Renovação de Matrículas

Orientação Metodológica:

A renovação de matrícula é um processo essencial para a continuidade da educação e organização das turmas. A matrícula não ocorre automaticamente e requer a assinatura dos pais na ficha de renovação, além da entrega de documentos como a comprovação de vacinação. Muitos pais/ou responsáveis têm alegado não ter recebido o comunicado da escola ou acreditado que a renovação seria automática, resultando em um número elevado de matrículas não renovadas. Quando as aulas começam, e os pais buscam tardiamente regularizar a matrícula, as vagas muitas vezes já estão ocupadas por alunos novatos. O não cumprimento dessa importante etapa afeta a organização interna da escola e os registros no sistema MegaEduca, impactando o planejamento das turmas e a contagem de alunos na rede municipal de ensino.

Ação Pedagógica:

A fim de evitar essas complicações e garantir que todos os alunos continuem suas atividades escolares sem interrupções, a escola vai reforçar a **Campanha de Renovação de Matrículas**, com o objetivo de informar e engajar os pais e responsáveis no processo, esclarecendo sobre a importância de manter a matrícula renovada dentro do prazo.

Ações da campanha:

- 1- **Comunicação proativa:** Serão enviados comunicados mais frequentes, via diversos canais (como bilhetes, redes sociais, grupos de whatsapp da turma, pulseirinhas ou crachás de papel...) para reforçar a necessidade da renovação de matrícula.
- 2- **Prazos claros:** Estabelecimento de prazos específicos e divulgação de datas de forma antecipada, para evitar confusões e omissões.
- 3- **Suporte na regularização:** A escola estará disponível para fornecer informações sobre os documentos necessários e oferecer apoio na obtenção da declaração de vacinação, como parceria com os postinhos de saúde.
- 4- **Acompanhamento de casos específicos:** Para as famílias que têm dificuldade em comparecer à escola dentro do horário estipulado ou que se recusam a ir, será feita uma ação de sensibilização para que essas questões sejam resolvidas a tempo.

Tema: Acolhida

Orientação Metodológica:

A acolhida na escola é um componente essencial para o estabelecimento de um ambiente seguro e acolhedor para alunos e responsáveis. Desde o momento da entrada, seja no portão, na secretaria, na sala da coordenação ou nas reuniões de pais, a forma como a comunidade escolar recebe a todos reflete o compromisso da escola com o bem-estar e desenvolvimento dos estudantes. Uma recepção calorosa e atenciosa, mesmo diante de possíveis adversidades, é fundamental para minimizar conflitos e promover um ambiente de confiança, que contribui diretamente para o bom desempenho escolar. A comunicação eficaz e respeitosa é uma prática que fortalece o relacionamento entre a escola e a família, evitando mal-entendidos e criando uma base sólida para a parceria educacional.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com a criação de um ambiente acolhedor e receptivo desde a chegada dos alunos e seus responsáveis, refletindo na prática pedagógica o respeito e a empatia pela comunidade escolar. A comunicação com os pais deve ser contínua e eficaz, garantindo que suas demandas sejam atendidas prontamente, sem que precisem sair da escola com pendências. Isso fortalece a confiança e o compromisso tanto dos alunos quanto dos pais com o processo educacional. Além disso, ao cultivar uma relação socioafetiva e emocional positiva, a escola contribui para o desenvolvimento emocional dos alunos, o que é fundamental para seu aprendizado e sucesso. O acolhimento e a valorização da família são essenciais para fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade, criando um ambiente de aprendizagem mais saudável e eficaz.

Tema: Intervenção Pedagógica

Orientação Metodológica:

- 1- Acompanhamento das rotinas
- 2- Recuperação Paralela
- 3- Padronização das atividades
- 4- Correção de atividades
- 5- Dificuldades de aprendizagem
- 6- Registro de situações atípicas
- 7- Exposição de materiais nas salas de aula
- 8- Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização
- 9 - Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos
- 10- Conhecimento da BNCC
- 11- Comprometimento com a formação continuada
- 12- Gestão da hierarquia e normas escolares
- 13 - Organização do ambiente escolar

Ação Pedagógica:

1- Acompanhamento das rotinas:

Os Coordenadores devem realizar o acompanhamento de rotinas como diários, planejamentos, leitura, tabuada, Recuperação Paralela etc., bem como registrar as observações referentes à rotina de planejamento e registro de aulas, entre outros.

2- Recuperação Paralela:

O coordenador pedagógico deve zelar para que a Recuperação Paralela aconteça de forma coerente com o objetivo a que se propõe. Para que haja esse acompanhamento, intensifique a observação da retomada de conteúdos após as avaliações e, se necessário, alerte a família.

3- Padronização das atividades:

Padronizar a apresentação das atividades, avaliações com cabeçalhos, margens e organização. Se os professores forem caprichosos, ensinarem os alunos, eles também o serão.

4- Correção de atividades:

Os professores devem fazer a correção dos cadernos “do cabeçalho ao final da atividade”, mesmo que a correção seja feita no quadro. Os coordenadores devem acompanhar para que essa obrigação do professor do EF I seja cumprida. Na Educação Infantil, a correção deve ser feita preferencialmente na presença do aluno, como momento de construção de aprendizagem.

5- Dificuldades de aprendizagem:

As dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas pelo professor regente de turma, sob orientação do coordenador pedagógico, utilizando diferentes formas e recursos de ensino, sempre procurando promover o aprendizado do aluno.

6- Registro de situações atípicas:

Registrar todas as situações atípicas ao cotidiano escolar.

7-Exposição de materiais nas salas de aula:

O coordenador pedagógico deve zelar para que a exposição de materiais em sala de aula seja de possível acesso para o aluno, respeitando sua altura.

8-Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização:

Na Educação Infantil e Alfabetização, em observância aos campos de experiência, evitar o excesso de atividades xerocadas e/ou repetitivas. A criança deve ser levada a pensar e construir.

9-Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos:

Considerar a criança ativa, exploradora e criadora de sentidos, utilizando espaços que deem apoio aos seus movimentos, que incentivem sua autoria e autonomia, e contribuam para a diversificação de suas possibilidades.

10- Conhecimento da BNCC:

O coordenador pedagógico deve conhecer e garantir que os professores conheçam a abordagem curricular da BNCC e os direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil, além das Competências Específicas no Ensino Fundamental.

11- Comprometimento com a formação continuada:

O coordenador pedagógico deve comprometer-se e garantir que os professores se comprometam com ações que visem implementar os paradigmas refletidos durante as formações continuadas.

12- Gestão da hierarquia e normas escolares:

A instituição escolar tem uma hierarquia, normas a serem seguidas, bem como seus profissionais. Os comportamentos que prejudicam o bom andamento da instituição ou que ferem a harmonia escolar devem ser geridos com firmeza, observando os aspectos legais, os princípios da boa convivência e do respeito. O registro científico e testemunhado é um documento.

13- Organização do ambiente escolar:

Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.

10. Iniciativas Educacionais**10.1. Projetos municipalizados e institucionais**

JEPP (JOVEM EMPREENDEDOR PRIMEIROS PASSOS - SEBRAE)	
Proponente:	Parceria com o SEBRAE
Justificativa:	Fomentar a educação e a cultura empreendedora entre os alunos do ensino fundamental, capacitando os professores para aplicar metodologias que incentivem comportamentos e habilidades empreendedoras, através de atividades práticas e lúdicas.
Objetivo Geral:	Desenvolver, por meio de atividades lúdicas, habilidades e comportamentos empreendedores nos alunos, permitindo que aprendam a assumir riscos calculados e identificar oportunidades de inovação, mesmo em situações desafiadoras.

Metodologia:	Aplicação de atividades práticas e lúdicas, com linguagem adaptável para cada série e de forma interdisciplinar, para ensinar os alunos a desenvolverem competências empreendedoras.
Público-alvo:	Alunos do ensino fundamental, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais.
Resultados esperados:	Os estudantes desenvolverão habilidades empreendedoras, como a capacidade de assumir riscos calculados e identificar oportunidades de inovação, com uma abordagem prática e adaptada à realidade de cada série.

PROJETO DOURADINHO	
Proponente:	Iniciativa Municipal e apoio comunitário
Justificativa:	É uma ação cultural de educação ambiental voltado para a preservação dos rios e matas ciliares. Seu embaixador é o peixe cascudo Douradinho personagem do livro infanto-juvenil “Amiga lata, Amigo Rio”, de Thiago Cascabulho.
Objetivo Geral:	Incentivar a leitura e a educação ambiental, promovendo a preservação dos rios e matas ciliares.
Metodologia:	
Público-alvo:	Alunos da pré-escola ao ensino fundamental dos anos iniciais e finais.
Resultados esperados:	Promover a preservação ambiental por meio da leitura e conscientização, permitindo que os estudantes vejam o mundo com outros olhos e se divirtam aprendendo sobre os rios e matas ciliares.

PROJETO COMBATE AO BULLYING	
Proponente:	Escolas Cumprir Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015.
Justificativa:	O bullying e o cyberbullying têm um impacto negativo no ambiente escolar e no bem-estar dos alunos. Este projeto visa promover a conscientização sobre o tema, criando um ambiente mais seguro e acolhedor, com foco na prevenção e combate dessas práticas, além de incentivar o respeito às diferenças e a construção de uma cultura de paz.
Objetivo Geral:	Promover a conscientização e prevenção ao bullying e ao cyberbullying no ambiente escolar, criando espaços de diálogo, mobilizando alunos, pais e professores, e incentivando a construção de uma cultura de paz, respeito às diferenças e empatia entre todos os membros da comunidade escolar.
Metodologia:	* Espaços de escuta: Rondas de conversa com alunos, professores e funcionários para discutir o bullying e cyberbullying.

	* Atividades pedagógicas: Oficinas e concursos sobre bullying, utilizando artes e literatura. * Formação: Palestras e workshops para professores e pais sobre prevenção e identificação de bullying. * Campanhas de conscientização: Divulgação de materiais informativos sobre o tema. * Apoio psicológico: Atendimento individualizado para alunos que necessitem de apoio.
Público-alvo:	Alunos da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	* Aumento da conscientização sobre bullying e cyberbullying. * Redução dos casos de bullying na escola. * Ambiente escolar mais seguro e acolhedor. * Promoção de uma cultura de paz e respeito. * Maior engajamento de pais e professores no combate ao bullying.
	Visite o perfil de instagram: https://www.instagram.com/mineducacao/ Post: <i>Escola que protege</i>

RESGATANDO O CIVISMO - SEMANA DA PÁTRIA

Proponente:	SME e escolas
Justificativa:	Promover o civismo e a valorização da história e da cultura nacional.
Objetivo Geral:	Reforçar a importância dos símbolos nacionais e da Independência. A Semana da Pátria é comemorada no Brasil entre os dias primeiro e sete de setembro, e tem o objetivo de lembrar a Independência do Brasil, declarada por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga no dia sete de setembro de 1822.
Metodologia:	Atividades e eventos comemorativos, palestras, desfiles e apresentações.
Público-alvo:	Alunos do 1º ao 9º e comunidade.
Resultados esperados:	Valorização da história e cultura nacional, fortalecimento do civismo nas escolas e comunidade.

OLIMPÍADA MIRIM DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Proponente:	Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)
Justificativa:	O Sucesso da OBMEP NÍVEL A, dedicada a alunos do 4º e do 5º ano do Ensino Fundamental, motivou o IMPA a criar a OLIMPÍADA MIRIM que buscará novos talentos da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Objetivo Geral:	- Estimular e promover o estudo da Matemática; - Estimular o estudo da matemática e identificar talentos na área.

	- Contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que um maior número de alunos brasileiros possa ter acesso a material didático de qualidade; - Identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso em universidades, nas áreas científicas e tecnológicas; - Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional; - Contribuir para a integração das escolas brasileiras com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e com as sociedades científicas; - Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.
Metodologia:	A Olimpíada Mirim é composta por duas fases , ambas aplicadas pelas escolas. A primeira etapa consiste em uma prova classificatória com 15 questões de múltipla escolha. Alunos classificados nesta etapa poderão participar da segunda fase, também composta de 15 questões objetivas.
Público-alvo:	Estudantes do 2º, 3º, 4º e 5º anos.
Resultados esperados:	Melhoria no desempenho em matemática, aumento do interesse pela disciplina.

OLIMPÍADA BRASILEIRA DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Proponente:	Instituto Pedro II Ministério da Educação (MEC) Fundação Santillana
Justificativa:	Estimular a escrita criativa e reflexiva entre os estudantes, promovendo o desenvolvimento das habilidades de produção textual e reflexão crítica.
Objetivo Geral:	Desenvolver habilidades linguísticas dos estudantes, incentivando a reflexão sobre temas sociais e culturais.
Metodologia:	Realização de competições de produção textual nas modalidades: Artigo de Opinião, Crônica, Memórias Literárias e Poema.
Público-alvo:	Estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental.
Resultados esperados:	Desenvolvimento da escrita criativa e crítica, aumento da percepção sobre temas sociais e culturais.

-SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER- -DIA INTERNACIONAL DA MULHER- -03 a 09 de março-	
Proponente:	Governo Federal, Movimentos Sociais, ONGs e Organizações de Direitos Humanos e escolas
Justificativa:	Sensibilizar a comunidade escolar sobre a violência contra a mulher e promover o respeito e a igualdade de gênero.
Objetivo Geral:	Combater a violência de gênero e promover a igualdade e o respeito mútuo.

Metodologia:	Palestras , campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	conscientização sobre violência contra a mulher, promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA -21 a 28 de agosto-	
Proponente:	Governo Federal (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) e Organizações da Sociedade Civil
Justificativa:	Sensibilizar a sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo sua inclusão e cidadania.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social, a acessibilidade e a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.
Metodologia:	Realização de eventos educativos, palestras, rodas de conversa, campanhas de conscientização, exposições e ações inclusivas.
Público-alvo:	Pessoas com deficiência intelectual e múltipla, suas famílias, educadores e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Maior inclusão social, sensibilização sobre os direitos das pessoas com deficiência e promoção da igualdade.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA -20 de novembro-	
Proponente:	Movimentos Sociais, Entidades Negras, Governo Federal
Justificativa:	Refletir sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira e destacar a luta contra o racismo e discriminação. Homenagear Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, e ressaltar a importância das discussões e ações para combater o racismo e a desigualdade social, especialmente no Dia da Consciência Negra e no mês de novembro. Além disso, celebrar a cultura afro-brasileira e os avanços na luta do povo negro.
Objetivo Geral:	Promover reflexões sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira, destacando a luta contra o racismo e a discriminação, e celebrando a cultura afro-brasileira.
Metodologia:	* Desenvolver projetos antirracistas dentro da escola, promovendo ações de conscientização com a comunidade escolar e além dos muros da instituição. * Incentivar a disseminação de mensagens antirracistas, ampliando o alcance da reflexão para fora da escola.

	*Trabalhar com os estudantes para que reconheçam a existência do racismo e compreendam a necessidade urgente de combatê-lo, dando visibilidade à temática em diferentes contextos.
Público-alvo:	Estudantes, educadores, comunidades escolares e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Valorizar a cultura afro-brasileira, aumentar a conscientização sobre o racismo e promover a igualdade de direitos.

COMBATE AO RACISMO E AO PRECONCEITO RACIAL	
Proponente:	Governo Federal - Lei nº 10.639/03
Justificativa:	A lei surge como resposta à luta histórica do movimento negro no Brasil, com o objetivo de combater o racismo e o preconceito racial. Busca promover a valorização da história e cultura afro-brasileira, reconhecendo sua importância na construção da sociedade brasileira e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.
Objetivo Geral:	Tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas, visando promover a reflexão sobre a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira e no combate ao racismo, preconceito étnico-racial e discriminação social.
Metodologia:	A implementação deve ser feita através da integração do conteúdo sobre a história e cultura afro-brasileira aos currículos escolares, com ênfase nas disciplinas de literatura, história e educação artística. A utilização de personagens e narrativas afro-brasileiras e afrodiaspóricas contribui para o afroletramento, tornando o ensino mais dinâmico, representativo e conectando os estudantes com a realidade histórica e cultural negra.
Público-alvo:	Estudantes do Ensino Fundamental
Resultados esperados:	• Maior conscientização e valorização da história e cultura afro-brasileira entre os estudantes. • Contribuição para a formação de uma sociedade mais inclusiva, com respeito à diversidade e ao combate ao racismo. • Desenvolvimento de uma educação mais crítica e reflexiva, com a construção de um currículo que reflita a pluralidade e as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes. • Criação de um ambiente educacional que favoreça a igualdade racial e a inclusão social, preparando os jovens para um futuro mais justo e igualitário.

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E INCLUSÃO	
Proponente:	Governo do Estado de Goiás - Secretaria de Educação, em parceria com escolas e organizações de promoção da igualdade racial.
Justificativa:	A desigualdade racial no Brasil, e em particular em Goiás, tem raízes históricas profundas, que se refletem na discriminação, falta de acesso e

	na marginalização de grupos étnicos e raciais, como a população negra e indígena. No ambiente escolar, essa desigualdade se traduz em evasão escolar, baixa performance educacional e barreiras no acesso a oportunidades iguais. O combate ao racismo e à exclusão racial nas escolas é, portanto, uma necessidade urgente para garantir um ensino de qualidade e equitativo, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade. A implementação de um programa que promova a diversidade étnico-racial e a inclusão visa reduzir esses índices de desigualdade, permitindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem racial ou étnica, tenham acesso a um ambiente educacional justo, respeitoso e igualitário. Além disso, ao abordar o tema da diversidade racial de forma proativa, cria-se um ambiente de aprendizado mais inclusivo e enriquecedor para todos.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão e o respeito à diversidade étnico-racial nas escolas públicas estaduais de Goiás, criando um ambiente educacional mais igualitário, respeitoso e livre de discriminação racial. O objetivo é garantir que todos os alunos, especialmente os negros, indígenas e outras minorias étnicas, tenham igualdade de oportunidades e sintam-se representados e acolhidos no espaço escolar.
Metodologia:	* Capacitação de Educadores: Realização de oficinas e treinamentos para professores, gestores e funcionários da escola sobre a importância da inclusão racial, combate ao racismo e promoção de uma cultura de respeito e equidade. * Adaptação Curricular: Desenvolvimento de conteúdos pedagógicos que abordem a história e a cultura de diferentes grupos étnicos e raciais, integrando o tema da diversidade de maneira transversal nos diferentes componentes curriculares. * Campanhas de Conscientização: Organização de atividades culturais, como exposições, palestras, e eventos que promovam a reflexão sobre as questões raciais, estimulando o respeito pela diversidade entre os estudantes. * Ações Afirmativas: Implementação de programas de apoio para estudantes negros, indígenas e outras minorias, com o intuito de garantir a sua permanência e sucesso na educação, como mentorias, bolsas de estudo, e espaços para discussão e troca de experiências. * Monitoramento e Avaliação: Criação de um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia do programa, identificando obstáculos e ajustando as ações conforme necessário.
Público-alvo:	Estudantes de todas as séries e comunidade escolar.
Resultados esperados:	* Redução da Evasão Escolar: A medida que os alunos se sentem mais incluídos e respeitados em um ambiente escolar livre de discriminação, espera-se que a evasão escolar, especialmente entre grupos étnicos e raciais marginalizados, diminua. * Aumento na Performance Escolar: Com a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e respeitosas, espera-se que os alunos se sintam mais motivados e engajados, o que resultará em um aumento no

	desempenho acadêmico de todos os estudantes, especialmente dos grupos mais vulneráveis. * Maior Representatividade e Apreciação da Diversidade: As atividades culturais e educativas vão permitir que os alunos reconheçam e apreciem as diversas culturas e histórias presentes no Brasil, criando uma sociedade mais tolerante e inclusiva. * Fortalecimento da Identidade e Autoestima: O programa ajudará os estudantes a fortalecerem sua identidade étnico-racial e a valorizarem suas origens, contribuindo para o aumento da autoestima e confiança no ambiente escolar. * Redução de Atos Discriminatórios: Com a capacitação de educadores e a implementação de políticas inclusivas, espera-se uma redução significativa de atos discriminatórios no ambiente escolar, criando um espaço mais seguro e respeitoso para todos.
--	---

DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES -18 de maio-	
Proponente:	Governo Federal e Organizações de Defesa dos Direitos da Criança -Lei 9.970/2000
Justificativa:	Sensibilizar a Combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, e promover a proteção integral a essa população.
Objetivo Geral:	Conscientizar a sociedade sobre os direitos das crianças e adolescentes e a importância de denunciar casos de abuso e exploração sexual.
Metodologia:	Campanhas de sensibilização, palestras educativas, distribuição de material informativo e ações comunitárias.
Público-alvo:	Crianças, adolescentes, educadores.
Resultados esperados:	Maior conscientização sobre o combate ao abuso e exploração sexual, aumento nas denúncias e melhor proteção de crianças e adolescentes.

DIA DO MEIO AMBIENTE -05 de Junho-	
Proponente:	Organização das Nações Unidas (ONU), governos, ONGs e escolas
Justificativa:	Promover a conscientização ambiental e estimular práticas sustentáveis entre alunos e comunidade.
Objetivo Geral:	Desenvolver ações educativas de preservação ambiental.
Metodologia:	Atividades de limpeza, plantio de árvores, palestras sobre sustentabilidade.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Aumento da conscientização ambiental, engajamento em práticas sustentáveis.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Proponente:	MEC (implementação nos currículos escolares) - Lei nº 9.795.
Justificativa:	A educação ambiental é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e responsável. A Lei nº 9.795/1999 reconhece o direito à educação ambiental para todos, estabelecendo que ela deve ser incorporada em todos os níveis e modalidades de ensino, visando a formação de cidadãos capazes de compreender e atuar frente aos desafios ambientais.
Objetivo Geral:	Promover a educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, assegurando o direito de acesso à educação ambiental. O objetivo é formar cidadãos críticos, conscientes e engajados na preservação e promoção de um ambiente sustentável.
Metodologia:	● Inclusão da educação ambiental em currículos escolares e atividades pedagógicas, em todas as etapas de ensino. ● Desenvolvimento de projetos e ações educativas que abordem questões ambientais locais e globais. ● Capacitação de educadores para integrar o tema ambiental no processo educativo de forma interdisciplinar. ● Uso de metodologias participativas e práticas que envolvam os estudantes em ações de preservação ambiental.
Público-alvo:	Atingir todos os segmentos da sociedade, com foco na comunidade escolar (educadores, alunos e gestores), incluindo também a sociedade em geral, garantindo o acesso ao conhecimento ambiental a todos os cidadãos.
Resultados esperados:	* Formação de cidadãos críticos e conscientes sobre questões ambientais. * Ampliação do conhecimento sobre sustentabilidade e práticas ambientais responsáveis. * Integração da educação ambiental no cotidiano escolar e social. * Criação de uma cultura de respeito e cuidado com o meio ambiente, conforme os princípios da Lei nº 9.795.
Educação ambiental e empreendedorismo	A conexão entre educação ambiental e empreendedorismo é fundamental para cultivar uma nova geração de cidadãos não apenas conscientes dos desafios ambientais, mas também capazes de agir de forma inovadora e empreendedora para resolver esses problemas. O empreendedorismo sustentável cria oportunidades para a geração de negócios que respeitam e promovem a saúde ambiental, transformando desafios em soluções criativas e economicamente viáveis. Integrar esses conceitos desde cedo no currículo escolar permite que os estudantes se tornem líderes e agentes de mudança no futuro, construindo uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

FAICRIS - FEIRA AGROINDUSTRIAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CRISTALINA	
Proponente:	Parceria com a Prefeitura de Cristalina
Justificativa:	Promover o desenvolvimento local, o empreendedorismo e o engajamento da comunidade em atividades culturais e comerciais.
Objetivo Geral:	Estimular o empreendedorismo local e fortalecer a economia da cidade.
Metodologia:	Exposições de produtos, apresentações culturais, e mostras sobre negócios e empreendedorismo.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Promoção do empreendedorismo local, valorização da cultura regional e fortalecimento da economia local.

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA OPÇÃO 1	
Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir do tema BNCC da Computação-
Justificativa:	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que as escolas devem promover o desenvolvimento de competências e habilidades que preparem os estudantes para o uso crítico, ético e criativo das tecnologias digitais. O presente projeto tem como objetivo promover a integração da área de Computação com as práticas pedagógicas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, estimulando a criatividade, a resolução de problemas e o trabalho colaborativo entre os alunos. Ao propor a realização de uma Feira Cultural e Tecnológica, buscamos contextualizar os conceitos de Computação de forma lúdica e prática, alinhados aos saberes e competências descritos na BNCC, promovendo uma aprendizagem significativa e inovadora.
Objetivo Geral:	Integrar as tecnologias da informação e comunicação (TICs) ao processo de ensino e aprendizagem, com foco nas competências e habilidades previstas na BNCC, por meio de atividades interativas que envolvam os alunos da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, visando o desenvolvimento de competências em Computação e soluções tecnológicas aplicadas a contextos cotidianos.
Metodologia:	A metodologia será prática e ativa, com atividades que envolvem os alunos em diferentes níveis de desenvolvimento de competências em Computação. • Educação Infantil: Uso de jogos educativos e atividades digitais para estimular a lógica e percepção espacial. • Ensino Fundamental (Anos Iniciais): Desenvolvimento de jogos e robôs simples, com foco em programação básica (ex: Scratch, Makey Makey). • Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano): Programação mais avançada, como aplicativos e robótica, abordando conceitos de computação aplicados ao cotidiano.

	Feira Cultural e Tecnológica: Apresentação dos projetos criados pelos alunos, demonstrando o uso de computação para resolver problemas.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Desenvolver a alfabetização digital e computacional, estimulando o interesse por áreas como programação, robótica e inovação tecnológica. Os alunos serão incentivados a aplicar o conhecimento de computação em projetos interdisciplinares, o que ajudará no desenvolvimento do pensamento crítico e habilidades de resolução de problemas.

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA	
OPÇÃO 2	
Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir do tema Educação Climática-
Justificativa:	A crescente necessidade de conscientização ambiental exige que crianças e jovens compreendam seu papel no cuidado com o meio ambiente. A Feira Cultural e Tecnológica busca promover essa reflexão, alinhando-se às diretrizes da BNCC para a educação infantil e os anos iniciais e finais do ensino fundamental, favorecendo a formação crítica e ética dos estudantes sobre questões ambientais.
Objetivo Geral:	Desenvolver a consciência ambiental dos alunos, estimulando práticas sustentáveis desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, em consonância com as competências da BNCC, que valorizam o respeito e cuidado com o meio ambiente.
Metodologia:	* Educação Infantil: Atividades lúdicas que abordem questões ambientais de forma interativa, favorecendo a compreensão das crianças sobre a natureza e a sustentabilidade. * Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais): Projetos interdisciplinares, exposições e oficinas sobre temas como reciclagem, consumo responsável, e preservação dos recursos naturais. * Discussões em grupo e palestras com especialistas, seguindo as competências da BNCC para a formação ética e cidadã.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	* Educação Infantil: Desenvolvimento de valores ambientais desde cedo, estimulando hábitos de respeito à natureza. * Ensino Fundamental: Conscientização crítica dos estudantes sobre questões ambientais, alinhada às competências da BNCC, como a promoção da sustentabilidade e da cidadania ambiental. * Engajamento das famílias na prática de ações sustentáveis no cotidiano escolar e doméstico.

SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TEA
- 01 a 07 de abril-

Proponente:	AEE - Lei Municipal 2.651/2023
Justificativa:	Conscientizar sobre os Transtornos do Espectro Autista (TEA) e promover a inclusão de pessoas com autismo na sociedade.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social e educacional das pessoas com TEA.
Metodologia:	Realização de palestras, atividades culturais e workshops com especialistas sobre TEA.
Público-alvo:	Educadores, profissionais da saúde, pais e a comunidade em geral.
Resultados esperados:	Maior conhecimento e aceitação do TEA pela população, além da capacitação de profissionais.

DIA DOS POVOS INDÍGENAS -19 de abril-	
Proponente:	Organizações, governos e escolas - Lei 14.402/2022
Justificativa:	Valorizar a cultura, história e direitos dos povos indígenas no Brasil, combatendo o preconceito e promovendo o respeito.
Objetivo Geral:	Promover o respeito e a valorização da cultura indígena nas escolas e na sociedade.
Metodologia:	Ações educativas, exposições culturais, rodas de conversa, e atividades práticas sobre povos indígenas.
Público-alvo:	Estudantes, professores, comunidade escolar e público em geral.
Resultados esperados:	Maior respeito e conhecimento sobre os povos indígenas, promovendo a diversidade cultural.

DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO TDAH -01 de agosto-	
Proponente:	Ministério da Saúde / Educação e AEE
Justificativa:	Informar e desmistificar o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), promovendo a inclusão de alunos com TDAH no ambiente escolar e social.
Objetivo Geral:	Conscientizar sobre o TDAH, seus impactos e a importância da inclusão desses alunos na escola e na sociedade.
Metodologia:	Palestras, distribuição de materiais educativos, atividades interativas, e campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos com TDAH, pais, professores e educadores.
Resultados esperados:	Aumento da compreensão e apoio aos alunos com TDAH, contribuindo para a redução do estigma associado a essa condição. O objetivo é promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde esses estudantes sejam reconhecidos em suas potencialidades, e suas necessidades sejam atendidas de forma adequada, favorecendo o seu desenvolvimento intelectual e pessoal.

OLIMPÍADA DO CONHECIMENTO	
Proponente:	Distrito de Campos Lindos
Justificativa:	Este projeto visa melhorar a educação pública em Campos Lindos, incentivando a participação dos alunos do 5º Ano na Olimpíada do Conhecimento, promovendo o autoaprender e combatendo a defasagem escolar.
Objetivo Geral:	Desenvolver o aprendizado dos alunos do 5º Ano, estimulando a participação na Olimpíada do Conhecimento e a redução da defasagem escolar.
Metodologia:	* Aulas dinâmicas e interativas. * Atividades práticas relacionadas à Olimpíada do Conhecimento. * Incentivo ao autoaprendizado com ferramentas educativas.
Público-alvo:	Estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental.
Resultados esperados:	* Participação ativa na Olimpíada do Conhecimento. * Maior autonomia no aprendizado. * Diminuição da defasagem escolar. * Melhora no desempenho escolar.

DIA DO COOPERATIVISMO EM CRISTALINA -1º sábado de junho-	
Proponente:	
Justificativa:	O Dia do Cooperativismo é considerado como um momento ideal de sensibilização dos jovens sobre o caráter empreendedor e o papel social do cooperativismo. A origem da comemoração tem, também o objetivo de proporcionar a toda sociedade o conhecimento dos benefícios, dos valores e dos princípios da atividade cooperativista.
Objetivo Geral:	
Metodologia:	
Público-alvo:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	

Programa Saúde na Escola - PSE	
Proponente:	PSEs
Justificativa:	O PSE (Programa Saúde na Escola) visa contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, enfrentando as vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento pleno de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Objetivo Geral:	Contribuir para a formação integral dos estudantes da educação básica, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando enfrentar as vulnerabilidades que afetam seu desenvolvimento.
Metodologia:	O planejamento do PSE considera o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. O programa é constituído por cinco componentes: 1- Avaliação das condições de saúde das crianças e jovens. 2- Promoção da saúde e prevenção de doenças. 3- Educação permanente e capacitação dos profissionais de educação, saúde e jovens. 4- Monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes. 5- Monitoramento e avaliação do programa.
Público-alvo:	
Resultados esperados:	*Reduzir a mortalidade e os riscos associados ao consumo de substâncias nocivas. *Promover práticas de saúde física e mental, como alimentação saudável, atividade física, prevenção de doenças e promoção da saúde sexual e reprodutiva.

CAMPANHA DEZEMBRO VERDE	
Proponente:	Lei municipal nº 2.558 de 22 de novembro de 2021
Justificativa:	* A crescente problemática do abandono de animais no município, especialmente no período de dezembro, quando o abandono aumenta em cerca de 70%, é uma questão que exige ação imediata. O abandono e maus-tratos a cães e gatos em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas têm se tornado um desafio social e ambiental. * Além disso, a falta de conscientização sobre a guarda responsável de animais tem impacto direto no bem-estar dos animais e na saúde pública, já que esses animais abandonados podem ser portadores de doenças e causar problemas ao ecossistema local. * A educação é a chave para promover a mudança de comportamento e atitudes em relação ao cuidado com os animais, sendo essencial que a população, especialmente os jovens, sejam sensibilizados para a importância de proteger os animais e garantir a guarda responsável.
Objetivo Geral:	* Conscientizar a população sobre a guarda responsável de animais e os impactos do abandono e maus-tratos de cães e gatos, com ênfase em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas, que são locais comuns para esse tipo de abandono. * Alertar sobre o aumento significativo (cerca de 70%) do abandono de animais durante o mês de dezembro, período em que o problema se agrava, e promover a ação social e educacional para combater esse comportamento.

Metodologia:	* Inserção da temática nos planos de aulas, relacionados aos direitos dos animais e à importância da guarda responsável. Essas atividades podem ser realizadas por meio de matérias que abordem o respeito aos seres vivos e o dever de cuidar dos animais como parte da cidadania. * Realização de palestras educativas com profissionais da área veterinária, ONGs, ou especialistas em bem-estar animal, com o objetivo de sensibilizar e informar os estudantes sobre como cuidar adequadamente dos animais e como agir em situações de abandono. * Atividades práticas e interativas, como oficinas de conscientização, visitação a abrigos de animais ou participação em campanhas de adoção responsável. Essas atividades podem envolver os alunos na promoção da mudança de comportamento, oferecendo exemplos concretos de boas práticas. * Ações comunitárias, como a realização de campanhas de arrecadação de alimentos e recursos para abrigos de animais, além de ações de orientação à população sobre o que fazer em caso de avistamento de animais abandonados.
Público-alvo:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Resultados esperados:	* Aumento da conscientização da comunidade escolar sobre a guarda responsável de animais e o combate ao abandono e maus-tratos. Espera-se que a mudança de comportamento comece a ser refletida dentro da escola e, progressivamente, nas famílias e na comunidade. * Diminuição do número de casos de abandono de animais, especialmente durante o mês de dezembro, com a promoção de uma cultura de respeito aos direitos dos animais. * Capacitação dos alunos para se tornarem multiplicadores de informação e ajudarem a conscientizar outros membros da sociedade sobre a responsabilidade de cuidar dos animais. * Fortalecimento das redes de apoio a animais abandonados, como ONGs, abrigos e grupos voluntários, por meio das ações educativas e sociais realizadas nas escolas. * Melhora no bem-estar dos animais que são alvo de abandono, com um aumento nas adoções responsáveis, cuidados adequados e redução dos maus tratos.

10.2. Projetos da Instituição

Projeto: MINHA ESCOLA LÊ EM VOZ ALTA! (Durante todo ano letivo)	
Justificativa	A importância da leitura diária como forma de expressar sentimentos, valores e cultura. Vivenciando com os alunos um projeto que possibilite explorar diferentes tipos de textos e

	gêneros como também a biografia de poetas e autores, promovendo semanalmente o momento da leitura, lendo para os alunos, ou algum aluno lendo para os demais no microfone da escola, possibilitando o próprio aluno identificar os sons emitidos. Fazendo momentos de leitura individual onde cada estudante pode escolher um livro, além de participar de atividades de leitura em sala, as crianças devem levar livros para casa para ler e partilhar com os familiares.
Objetivo Geral:	Este projeto será trabalhado com os alunos do Agrupamento ao 9º ano do Ensino Fundamental II e tem como finalidade explorar os livros e o seu valor didático para estimular a leitura, a escrita como também à expressão oral e escrita.
Metodologia	Sugestões para intercalar com o uso do microfone: Tapete da leitura – para a exposição dos livros no momento da leitura. Suporte da leitura – nele os alunos terão os livros a disposição. Avental da leitura e Cartola da leitura – para serem utilizados no momento da leitura para os colegas. Leitura com o uso de fantoches e/ou dedoches – O professor pode usá-los nos momentos de leitura.

Sacola da leitura – a cada dia um aluno leva para casa, ler o livro que está dentro da sacola, e no dia seguinte apresenta para a classe em forma de resumo oral.

Leitura dramatizada – os alunos devem ler o texto várias vezes, depois apresentar para a turma fazendo a dramatização de cada um dos personagens.

Leitura na TV – o professor pode confeccionar uma televisão com caixa de papelão e um microfone. A tevê deve ser grande o suficiente para que uma criança possa se posicionar atrás dela e simular como se estivesse aparecendo na televisão. O professor pode usar este método diariamente para estimular.

Piquenique literário – esta atividade pode ser realizada no pátio, jardim da escola, na própria sala de aula ou numa praça. O professor pede aos alunos que tragam alguns alimentos, bebidas, toalhas, dentre outros, para o piquenique. Escolhe alguns livros e/ou textos para serem lidos pelos alunos. O professor pode começar contando uma história, lendo um livro ou declamando um poema. Depois pedir que os alunos façam a leitura individual.

Leitura à sombra de uma árvore – coloca-se um varal numa árvore com diversos livros, estende o tapete, leva também o baú literário e faz o momento de leitura com os alunos.

	Caça-palavras – o professor escolhe um aluno por dia para levar para casa o caça-palavras, marca a folhinha que ele vai fazer... no dia seguinte, a criança traz e ler para os colegas as palavras encontradas. A escolha do aluno pode ser feita pela ordem do diário de classe. Entre outras.
Avaliação	Observação continua durante todo o Projeto, com registros e anotações de participação e interação da turma. Quem mais se envolveu e evoluiu no decorrer das atividades de leitura.

Projeto: CARNAVAL – FEVEREIRO DE 2025.	
Justificativa	O Projeto Carnaval para alunos do Agrupamento ao 9º ano contempla a diversidade e pluralidade do ambiente escolar interdisciplinar. Em comemoração as festividades do carnaval, atividade folclórica essa tão significativa para o povo brasileiro, propõe-se realização de um concurso de atividades artísticas.
Objetivo Geral:	É uma ação cultural que conecta o aluno a diversidade de culturas e a historiografia sobre o sentido da comemoração do carnaval e suas fantasias e marchinhas relacionadas a uma cultura brasileira. Promover uma competição de produções artístico culturais relacionada as comemorações festivas do carnaval.

Objetivos Específicos:	Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais. Desenvolveremos os concursos de: Máscaras, melhor fantasia e criação de machinha carnavalesca.
Metodologia:	O concurso será dividido em quatro categorias: - Fantasia - Marchinha – Paródias - Cabelo Maluco O projeto terá início dia 06 de fevereiro de 2025 e sua culminância ocorrerá dia 06 de fevereiro de 2025. Será escolhido um grupo de jurados para escolher as melhores categorias com premiações de 1º, 2º e 3º lugares.

Projeto: CASA DE CULTURA DE CRISTALINA - 15 DE MAIO DE 2025.	
Proponente:	Professores de 6º ao 9º ano
Justificativa:	Tendo em vista despertar a história de Cristalina através da visão dos alunos e aprender sobre o surgimento da cidade e suas

	especificidades e do potencial que a cidade tem em relação ao estado de Goiás.
Objetivo Geral:	Proporcionar aos alunos o conhecimento histórico de onde eles vivem e suas particularidade despertando e aguçando saberes.
Metodologia:	Visita guiada a Casa de Cultura em Cristalina Goiás para conectar a história da cidade e despertar o conhecimento integrando com os conteúdos de História, Geografia ,Ciências e Arte.
Público-alvo:	Alunos de 6º ao 9º ano da Escola Municipal José Gomes Gonçalves.
Resultados esperados:	Visamos acrescentar em forma de conhecimento as histórias de Cristalina e a busca pelo cristal que foi a principal forma de econômica da cidade por muito tempo.

Projeto: FESTA DO CAMPO - 18 DE JUNHO DE 2025.	
Proponente:	Comtempla toda a instituição de ensino.
Justificativa:	Agraciar os alunos, pais ou responsáveis com a confraternização da Festa do Campo na Escola.
Objetivo Geral:	Interagir e contemplar as famílias dos alunos com um momento especial de festividade.
Metodologia:	Desenvolver nos alunos o espírito de confraternização e união para que a instituição tenha a família dos alunos como base.
Público-alvo:	Todos os alunos da Escola Municipal José Gomes Gonçalves.
Resultados esperados:	Melhor interação da família e escola, tendo em vista uma união para facilitar a integratividade entre ambos e valorização do ambiente em que vivem .

Projeto: CHAPÉU DO SOL – 22 DE AGOSTO DE 2025.	
Proponente:	Equipe gestora e professores do 6 ao 9 Ano
Justificativa:	Socializar e integralizar adolescentes ao convívio nas áreas externas conhecendo as riquezas do município de Cristalina
Objetivo Geral:	Conhecer e valorizar a riqueza que é a Pedra Chapéu do Sol
Metodologia:	Fazer uma trilha com os alunos em um dos pontos turísticos mais bonitos e deslumbrantes de Cristalina.
Público-alvo:	Alunos do Fundamental II
Resultados esperados:	Passear sobre a pedra Chapéu do Sol vendo as nuances da natureza e a diversidade de configuração de pedras diferentes que a natureza Cristalinense nos proporciona e os sinais de cristais extraídos durante o pico de garimpo da época de 80. Fazer registros através de fotografias que evidenciem o passeio e faça a construção verbal através de textos descritivos.

Projeto: EXPLORANDO O MUNDO DOS CONTOS INFANTIS – SETEMBRO DE 2025.

Justificativa	Este projeto tem como objetivo principal estimular o interesse pela leitura e melhorar as habilidades de compreensão e interpretação de textos, especialmente contos infantis, em alunos do 6º ano que apresentam dificuldades na leitura.
Objetivo Geral:	Enaltecer o poder de leitura e interpretação dos alunos.
Objetivos Específicos:	1. Seleção de Contos: O projeto será iniciado selecionando uma variedade de contos infantis curtos e acessíveis, com vocabulário simples e estrutura narrativa clara, incluindo contos clássicos e contemporâneos. 2. Leitura em Grupo: Dividir os alunos em grupos pequenos e atribuir a cada grupo um conto para ler em voz alta. Incentivar a participação de todos e fornecer apoio quando necessário. 3. Discussão em Grupo: Após a leitura, promover uma discussão em grupo sobre o enredo, os personagens, os temas e as lições aprendidas no conto. Ajudar os alunos a desenvolver habilidades de compreensão e interpretação, fazendo perguntas direcionadas. 4. Atividades de Compreensão: Distribuir atividades de compreensão relacionadas aos contos lidos, como perguntas de múltipla escolha, preenchimento de lacunas, verdadeiro ou falso, entre outras. Adaptar as atividades de acordo com as necessidades individuais dos alunos. 5. Reconto Criativo: Pedir aos alunos que recontem o conto utilizando suas próprias palavras, incentivando a criatividade e a expressão pessoal. Eles podem escrever um resumo, criar uma história em quadrinhos ou até mesmo encenar uma versão teatral do conto. 6. Projeto de Escrita: Desafiar os alunos a escreverem seu próprio conto infantil. Fornecer orientações sobre a estrutura narrativa básica (introdução, desenvolvimento e conclusão) e incentivar a utilização de imaginação e criatividade.
Metodologia:	Concluir o projeto com uma sessão de apresentação dos contos criados pelos alunos. Isso promove a autoconfiança e valoriza o trabalho de cada aluno

Projeto: PASSEIO AO ZOOLOGICO – 10 DE OUTUBRO DE 2025.	
Proponente:	4º e 5º ano
Justificativa:	Levar os alunos para conhecerem outro ambiente e verem de perto a diversidade da fauna brasileira.
Objetivo Geral:	Associar os conteúdos de ciências a visita no zoológico para despertar o interesse dos alunos na preservação dos animais.
Metodologia:	Visita guiada ao zoológico de Brasília – DF.
Público-alvo:	4º e 5º ano
Resultados esperados:	Conhecer animais silvestres antes nunca vistos ao vivo e despertar a conscientização da preservação dos mesmos para que futuramente a espécie não entre em extinção.

Projeto: OLIMPÍADA DE MATEMÁTICA – NOVEMBRO DE 2025.	
Justificativa	A justificativa desse projeto da Escola Municipal José Gomes Gonçalves, é que, os alunos tenham o gosto, simpatia e dedicação com a disciplina de Matemática e com os estudos e pesquisas, revelando assim, novos talentos na área. O projeto busca outras formas e alternativas para a melhoria do ensino da disciplina através da contextualização de seus conteúdos, despertando a criatividade e a curiosidade para resolver problemas diversos que envolva a matemática e o raciocínio lógico.
Objetivo Geral:	Desenvolver uma maior proficiência em Matemática na perspectiva da melhoria de Ensino e Aprendizagem dos alunos, como também os índices de Desenvolvimento da Educação Básica, como o IDEB, SAEGO, ADAs etc.
Objetivos Específicos:	Consistir em apresentar propostas para tornar a aprendizagem da Matemática mais interessante, agradável e lúdica aos alunos, independentemente do grau escolar em que se encontram. Despertar o interesse e o prazer em aprender a Matemática através de problemas e situações-problema. Encarar a matemática de uma maneira mais natural e descontraída para que os alunos sejam capazes de construir seus próprios conhecimento matemático. Devolver o raciocínio lógico e estimular a curiosidade deles.
Metodologia:	Os alunos serão preparados e incentivados para a realização desse projeto no decorrer dos dias letivos até a data da realização da prova. Todo o corpo docente estará empenhado em ajudar na divulgação, incentivo e correção das provas dessa olimpíada. A Olimpíada de Matemática consiste em dois níveis: Nível 1: 6º e 7º ano; Nível 2: 8º e 9º ano;

Os três primeiros colocados de cada nível serão premiados com certificados de aluno destaque da disciplina e medalhas confeccionadas e personalizadas.

Projeto de Ciências: Educação Alimentar e Nutricional.

Proponente:	O Projeto atende aos alunos do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental
Justificativa:	A finalidade da “Educação Alimentar e Nutricional” na escola é contribuir para que a criança cresça com saúde e possa desfrutar da vida com disposição, energia e alegria. Promover a alimentação saudável para promover a vida com qualidade, levando a criança e o adolescente a compreender que a alimentação com qualidade é indispensável no desenvolvimento físico e intelectual, estabelecendo assim, uma relação de apoio para que nesse desenvolvimento haja uma colaboração de crescente aprendizagem. É preciso desenvolver hábitos alimentares saudáveis nos alunos (e consequentemente em seus núcleos familiares), e conscientizá-los da importância de uma boa alimentação – regrada e nutritiva – para que tenham boa saúde.
Objetivo Geral:	Promover a oportunidade do conhecimento, vivência de hábitos alimentares tanto na escola quanto na vida comum e rotineira da criança.
Metodologia:	A proposta visa desenvolver o Projeto, através de pesquisas, estudos de forma a serem aplicadas nas turmas de forma a permitir uma aprendizagem significativa conforme segue a teoria do nosso Projeto Político Pedagógico. A aprendizagem significativa somente é possível quando um novo conhecimento se relaciona de forma substantiva e não arbitrária a outro já existente. Para que essa relação ocorra, é preciso que exista uma predisposição para aprender. Ao mesmo tempo, é necessária uma situação de ensino potencialmente significativa, planejada, que leve em conta o contexto no qual o estudante está inserido e o uso social do objeto a ser estudado.
Público-alvo:	O Projeto atende aos alunos do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental
Resultados esperados:	O Projeto tem como objetivo a participação e interação dos alunos e percepção que a aprendizagem seja bastante significativa e a interação visa trabalhar com vários elementos relevantes para aprendizagem e os meios de alimentação de forma saudável. de conhecimentos relevantes a sua faixa etária, os desafiou a novas

	conquistas e lhes permitiu o envolvimento, a participação, a curiosidade e o prazer em aprender.
--	--

Projeto : Dia Mundial da Água ÁGUA FONTE DE VIDA	
Proponente:	Agrupamento 4 e 5 anos.
Justificativa:	O trabalho com o tema “água fonte de vida” que se propõe aqui, deverá apresentar para as crianças uma visão ampla que envolve inúmeros problemas que o mundo atual vem enfrentando com relação à falta de água. Visando proporcionar aos alunos uma grande diversidade de experiências, com participação ativa, para que possam ampliar a consciência sobre as questões relativas à água no meio ambiente, e assumir de forma independente e autônoma atitudes e valores voltados à sua proteção e conservação.
Objetivo Geral:	Conscientizar e valorizar a água como recurso natural que precisa ser conservado, pois não é inesgotável. Identificando a utilização adequada da água em nossa vida. E desenvolvendo a criatividade, a imaginação, a atenção e o raciocínio.
Metodologia:	Conversar com os alunos, para registrar o que eles já sabem sobre o tema e a relação que estabelecem com sua vida. "Os ciclos da água"
Público-alvo:	O projeto será trabalhado entre os alunos do agrupamento de 04 e 05 anos da Escola Municipal José Gomes Gonçalves, na terceira semana de março, de 17/03 a 21/03 de 2025.
Resultados esperados:	Avaliar os conhecimentos que as crianças tinham a respeito do assunto antes e o que sabem agora. O que melhorou? Conseguiram se expressar através do desenho ou pintura? Observar as atividades desenvolvidas e registrar o interesse, o cumprimento de tarefas, a participação no grupo e a assimilação dos conteúdos.

Projeto: DESPERTANDO O INTERESSE PELA LEITURA.	
Proponente:	1º Ano Ensino Fundamental – Prof. Walma
Justificativa:	O Projeto de leitura “Despertando o Interesse pela Leitura” visa proporcionar aos alunos momentos de interação com o universo literário, incentivando o gosto pela leitura e o desenvolvimento de competências de Linguagem previstas pela BNCC. A leitura é uma ferramenta fundamental para a formação de cidadãos críticos e participativos. .
Objetivo Geral:	Desenvolver o hábito da leitura e a compreensão textual, promovendo a ampliação do repertório cultural e literário dos alunos.
Metodologia:	O desenvolvimento do projeto envolve uma seleção de livros adequados à faixa etária dos alunos, seguidos de rodas de leitura, discussões em grupo e atividades criativas como dramatizações e ilustrações. Serão realizadas contações de histórias, produção de diários de leitura pelos alunos e feira literária, onde os alunos apresentam suas produções.
Público-alvo:	Alunos do 1º ano do Ensino Fundamental.
Resultados esperados:	A avaliação do projeto “Despertando o Interesse pela Leitura” será contínua e formativa, observando a participação e o engajamento dos alunos nas atividades propostas. Serão avaliadas as produções textuais e criativas realizadas pelos alunos, como diários de leitura, dramatizações e ilustrações. A autoavaliação também será incentivada, permitindo que os alunos reflitam suas experiências e progresso. Além disso, a culminância do projeto na feira literária servirá como um momento de apresentação e validação do aprendizado, promovendo a apreciação e o reconhecimento dos esforços dos alunos.

10.3. Temas Transversais

Os **temas transversais** correspondem a questões urgentes e presentes no cotidiano, abordando valores de cidadania, como Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. Eles devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar, para proporcionar aos alunos uma visão crítica e integrada do mundo.

A BNCC propõe a **transversalidade** para temas como **computação**, que deve ser integrada aos componentes curriculares, contribuindo para o desenvolvimento de competências digitais em áreas como Matemática, Ciências e Língua Portuguesa, conforme estabelecido pela **BNCC da Computação**.

O **Meio Ambiente**, enquanto tema transversal, vai além do ambiente físico e biológico, abrangendo também as relações sociais, econômicas e culturais. A **educação ambiental** deve ser trabalhada de forma integrada com diversas áreas do conhecimento, como **Ciências**, **Geografia** e até **Matemática**, com o objetivo de sensibilizar os alunos para a importância da preservação do meio ambiente. Reflexões sobre o impacto das atividades humanas no planeta, como o **desmatamento**, a **poluição** e a **sustentabilidade**, devem ser constantemente abordadas, promovendo o compromisso com a qualidade de vida e o **equilíbrio ambiental**.

A **ética** deve ser trabalhada a partir de temas da atualidade, como respeito, justiça e solidariedade, estimulando a autonomia dos educandos e sua compreensão das interações sociais dentro da escola e da comunidade.

Antirracismo e inclusão étnico-racial são abordagens essenciais, garantidas por leis como a **Lei nº 10.639/2003** e **Lei nº 11.645/2008**, e devem ser integradas a todas as disciplinas para promover a igualdade racial e combater o racismo em suas diversas formas.

O tema da **Orientação Sexual** deve ser abordado com respeito e foco em questões como métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis e a descoberta do corpo e da sexualidade, considerando sempre a maturidade e os contextos dos alunos.

Pluralidade Cultural se refere ao respeito e à convivência com os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, estimulando a valorização da diversidade étnica e cultural como um fator de enriquecimento.

O tema **Trabalho e Consumo** prepara os jovens para sua inclusão no mundo do trabalho, discutindo questões como consumo, direitos e desemprego, fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência crítica.

A abordagem da **Saúde** visa ensinar aos alunos as noções básicas de higiene e saúde, além de temas como prevenção de doenças, uso de drogas e gravidez na adolescência. O **Programa Saúde na Escola**, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, busca contribuir para a formação integral dos estudantes, enfrentando vulnerabilidades que impactam seu desenvolvimento.

Esses temas, ao serem trabalhados de forma transversal e interdisciplinar, permitem uma visão diferenciada de mundo, ampliando o conhecimento e a aprendizagem. A **interdisciplinaridade** e a **transversalidade** se complementam, promovendo uma abordagem ativa e transformadora do ensino, vinculada às questões sociais e à formação crítica dos alunos.

10.4. Sala Maker

A **Sala de Aula Maker** ou **Espaço Maker** é um ambiente criativo onde os estudantes têm a oportunidade de explorar diferentes formas de aprender, através da arte, construção e outras atividades práticas. Nesse espaço, elas podem trabalhar com materiais como papel, papelão, tintas, e outros itens recicláveis para criar objetos e expressar suas ideias de maneira única. Além disso, há atividades como marcenaria, robótica, oficinas de computação e artesanato, que ajudam no desenvolvimento de habilidades importantes, como o trabalho em equipe, a resolução de problemas e a criatividade.

Em um Espaço Maker, todos os componentes curriculares podem ser enriquecidos com abordagens práticas e criativas, permitindo que os alunos apliquem o que aprendem de forma mais concreta. Embora esses laboratórios aconteçam frequentemente dentro da própria sala de aula, um espaço dedicado exclusivamente para oficinas seria o ideal, pois oferece mais liberdade para explorar e criar sem as limitações do ambiente tradicional, ele é essencial para o desenvolvimento das habilidades específicas

relacionadas à **BNCC da Computação**, proporcionando aos estudantes as ferramentas necessárias para explorar esses conceitos de forma integrada e inovadora. Para viabilizar a criação de uma Sala Maker, os gestores escolares podem usar verbas escolares voltadas para inovação, planejando ações que incluam a aquisição de materiais e a implementação de projetos. Com essa estrutura, a escola se torna um lugar ainda mais dinâmico e inspirador para o aprendizado.

10.5. Laboratório de informática

A **sala de informática** será utilizada exclusivamente para fins pedagógicos, no contexto das atividades educacionais da instituição. O acesso e uso dos equipamentos estarão sujeitos à coordenação pedagógica da escola, que definirá o planejamento didático e o cronograma de uso.

Todos os usuários devem manter uma postura de respeito, organização e disciplina ao utilizar a sala, colaborando para a preservação dos equipamentos, do ambiente e para um clima produtivo de trabalho. O descumprimento das normas de uso ou a utilização inadequada dos recursos disponíveis poderá resultar na suspensão do acesso à sala de informática.

É permitida a navegação em sites da internet apenas quando estiverem diretamente relacionados ao conteúdo da aula. O **download** de arquivos será restrito às atividades pedagógicas e deve ocorrer de acordo com as diretrizes do planejamento.

O uso de programas de **chat** e o acesso a **redes sociais** só serão autorizados se estiverem diretamente vinculados a uma proposta pedagógica específica.

Obs.: O laboratório de informática está aguardando manutenção para ser reativado, os computadores já estão montados aguardando a instalação.

11. Avaliação

O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e participação do aluno nas atividades escolares sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de criar, apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à idade e série, de tomar iniciativa e o desenvolvimento ao ler, escrever e interpretar, visando à sua aquisição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania.

As avaliações se dispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária e provas.

A Recuperação Paralela é um direito do aluno e deverá ser cumprida conforme prevê a Resolução CME nº 59 de 27/09/2016.

11.1. Critérios de Avaliação

11.1.2. Educação Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394 de 1996 (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) sobre a avaliação, a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Quanto ao processo de Avaliação, para que a mesma seja realmente significativa e proporcione o desenvolvimento tanto das crianças como dos educadores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Será observado o roteiro de acompanhamento sistemático de elaboração do relatório avaliativo da educação infantil:

- Observações;
- Registros através de relatório escrito reflexivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de relatório descritivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de fotografias;
- Registro através de filmagens;
- Registro através de gravações em áudio;
- Registro através de fichas individuais elaboradas pela instituição/SME.

Será elaborado um relatório de caráter formal de caráter descritivo, crítico e reflexivo a partir do desenvolvimento da criança, em relação a cada eixo temático trabalhado, enfatizando os diversos aspectos do processo do seu desenvolvimento. Esse relatório será realizado a partir dos instrumentos avaliativos acima citados e deverá compor a documentação pedagógica da criança, ficando ao final do semestre na sua pasta arquivada na Secretaria da Instituição.

11.1.3. Ensino Fundamental

11.1.4. Ciclo de Alfabetização 1º e 2º ano

A avaliação para o 1º ano do Ensino Fundamental de 09 anos dar-se-á através de relatórios individuais (em anexo) conforme cumprimento das Matrizes Curriculares de habilidades, definidas, sendo vedada a retenção neste percurso. Esses relatórios são encontrados nos diários eletrônicos do sistema MegaEduca.

No 2º ano a avaliação seguirá conforme normatização para o 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

11.1.5. Ensino Fundamental (2º ao 9º ano)

As avaliações se dispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária, provas entre outros instrumentos verificadores das expectativas curriculares.

1. Cada componente curricular deve ser avaliado através de pelo menos 03 (três) instrumentos avaliativos.
2. Cada instrumento avaliativo deve ter o valor máximo de 3,0 (três pontos).
3. Caso haja avaliação de produção atitudinal (por exemplo, participação, responsabilidade de caderno) a esta deve ser atribuído no máximo 1,0 (um ponto).
4. Aos trabalhos, pesquisas, dentre outros conforme prevê o artigo 5º da Resolução CME nº 59 de 27/09/2016, serão atribuídos 3,0 (três pontos).
5. Aos conteúdos procedimentais e conceituais serão atribuídos 6,0 (seis pontos) distribuídos em avaliações previamente planejadas junto à coordenação pedagógica da unidade escolar para aferição individualizada.

6. Todos os instrumentos de avaliação devem ser aplicados para mensuração do alcance das expectativas de aprendizagem propostas na referência curricular adotada.

11.1.6. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A avaliação deve ser feita de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve ser avaliado em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças. Dessa forma, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos avaliativos usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar.

É essencial considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas: verificar como ele lida com cálculos, desenho e escrita, por exemplo. A produção escolar, cadernos, exercícios, a socialização com os colegas no desenvolver das atividades também deve ser levada em conta. Deve ser valorizado cada ganho do aluno, cada conquista em seu processo de aprendizagem.

O aluno será avaliado não apenas na sala de aula comum pelo professor regente, como também nas atividades realizadas no Atendimento Educacional Especializado pelo professor da Sala de Recursos Multifuncional. O qual desenvolverá atividades diferenciadas em relação às realizadas na sala comum, tais como: estímulos sensorio-motor, identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de preparar, estimular e colaborar para a melhora na aquisição de conhecimentos dos alunos.

Assim, a avaliação do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, se dará da seguinte forma:

Na sala de aula comum - O aluno será avaliado, conforme o que foi planejado e registrado no Plano Educacional Individualizado (PEI), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC em novembro de 2024. Os instrumentos de avaliação serão escolhidos e adaptados pelo professor regente com o auxílio do professor do AEE de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada aluno.

O registro final dessa avaliação continuará sendo por meio de nota, como dos demais alunos, com o diferencial acrescido da elaboração pelo professor regente de relatório descritivo bimestral, apresentando os ganhos educacionais do aluno e os pontos que necessitam ser reforçados no decorrer do ano. Desta forma, o Relatório Descritivo de Acompanhamento Bimestral deverá ser transformado em nota, conforme preconizado na Resolução CME nº 21 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a retificação da Resolução das Diretrizes Curriculares para atendimento do estudante com deficiência. Assim, os parâmetros de conversão de relatórios em notas devem seguir a tabela a seguir:

Tabela de conversão de Relatório Descritivo em nota	
Critério Descritivo	Nota correspondente
Não desenvolveu as habilidades	0 – 3,0
Desenvolvimento insatisfatório	3,1 – 5,9
Desenvolvimento regular	6,0 – 6,9
Desenvolvimento bom	7,0 – 7,9
Desenvolvimento muito bom	8,0 – 8,9
Desenvolvimento excelente	9,0 – 10,0

Retirado da Resolução CME nº 21 de fevereiro de 2024.

Conforme preconizado pela Lei nº 14.254 de 30 de novembro de 2021 e pela Resolução nº 50 de 31 de maio de 2023, compete às Instituições de Educação promover acompanhamento integral para educandos

com dislexia, Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem, em todas as etapas da escolarização, devendo realizar Plano Educacional Individualizado, atividades e avaliações adaptadas e coerentes com o ministrado com o aluno, devendo produzir relatório e converter em nota.

Na Sala de Recursos Multifuncionais - Durante todo o processo, o aluno será avaliado, gerando um registro do que foi observado, mediante o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, elaborado pelo professor do AEE. No final do bimestre o professor deverá preencher a Ficha Avaliativa por Conceitos e descrever as conquistas do aluno e quais objetivos foram alcançados e registrar de que forma as ações do AEE repercutiram no seu desempenho escolar, devendo o relatório produzir ser assinado pelos responsáveis do aluno e pelo corpo docente da Unidade Escolar.

Avaliar o desempenho escolar do aluno com deficiência requer um olhar de valorização das aquisições. Valorizar as aquisições e não as perdas.

Portanto, o processo de avaliação deve objetivar o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes. Desse modo, quanto à promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adequações, quando necessário. Segundo MEC, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

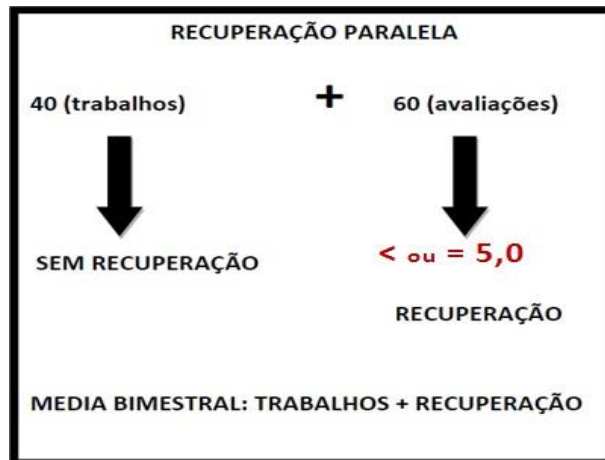
“A possibilidade de o aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; O efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família”.

A decisão sobre a promoção ou retenção do aluno, deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração do PEI do aluno e a família, e ser registrado em ata.

A flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes para superar as restrições do sistema educacional ou compensar as especificidades reais dos alunos com deficiência. Desse modo e nas atuais circunstâncias, entende-se que as adequações curriculares se fazem, ainda, necessárias.

12. Recuperação Paralela

O aluno que demonstra dificuldade de desenvolvimento, em qualquer um dos aspectos citados acima, é assegurado o direito de acompanhamento especial, individualizado, e a recuperação paralela, por equipe devidamente preparada, que seja capaz de contribuir de modo efetivo para a superação das dificuldades detectada. O processo de recuperação da aprendizagem deve ser contínuo e cumulativo. A Recuperação Paralela deve ser aplicada de acordo com o conteúdo programático bimestral, excluindo os 4,0 (quatro) pontos destinados aos outros instrumentos avaliativos como trabalhos, pesquisas, conceitos, etc., que por si só já são instrumentos de recuperação paralela. De acordo com a Resolução CME nº 110 de 26 de outubro de 2023 – Dispõe sobre a Padronização da Média Escolar nas Instituições de Ensino de Educação Básica jurisdicionadas ao Conselho Municipal de Educação de Cristalina-Goiás, a partir de 1º de janeiro de 2024, a média escolar 6,0 (seis) para aprovação.



13. Recuperação Especial

Segundo a Resolução CME Nº 59 de 29 de setembro de 2016, a Recuperação em época especial, de caráter facultativo à Unidade Escolar, após o cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos, tem por objetivo oferecer ao aluno condições favoráveis para alcançar o mínimo exigido para sua promoção, em até 03(três) disciplinas.

A Unidade Escolar deverá viabilizar estratégias diferenciadas para os estudos de recuperação, com acompanhamento o mais individualizado possível.

A Recuperação Especial será oferecida aos alunos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental que apresentarem conceito inferior a 6,0 (seis) pontos na média final da disciplina.

14. Progressão Parcial

A Progressão Parcial (ou dependência) em até 02 disciplinas será realizada conforme determina o Regimento Escolar Único, onde só será permitida a partir do 6º ano em até 02(duas) disciplinas e deverá ser concluída no ano posterior. Não há Progressão Parcial no 9º ano, uma vez que o aluno será transferido para outro Sistema Educacional o qual pode não adotar o regime de dependência. O Aluno com dependência no 9º ano só poderá receber o histórico após concluída a dependência.

A progressão Parcial não se vincula aos dias letivos, à carga horária anual e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), mas, tão somente o programa de estudos, podendo ser concluído em qualquer período do ano letivo, de acordo com a avaliação do Conselho de Classe conforme Resolução do CME nº 059/2023.

15. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição

PLANO ANUAL DE AÇÃO COLETIVA DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ GOMES GONÇALVES		
O que detectamos em 2024 que precisamos melhorar ou solucionar em 2025?		O que VAMOS fazer?
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS	Exemplo: Alfabetização (problemas de fluência, interpretação, escrita e índice de alfabetização, Dificuldade dos alunos em Matemática IDEB baixo do 5º e 9º ano Professores inexperientes Alunos com TDAH, deficiência intelectual com extrema dificuldade de aprendizagem e poucas aulas do AEE, pois os alunos estão sendo atendidos em grupos (diferentes deficiências)	Continuar desenvolvendo projetos de Leitura, escrita e cálculos; Promover palestra com os pais para ajudar na leitura das crianças; aproveitar mais a sala de leitura; Aplicar com mais eficácia o Projeto Olimpíada de Matemática desde as séries iniciais; Incentivar alunos e professores a buscarem mais o conhecimento em matemática para passar o conteúdo de forma que os alunos compreendam melhor; Promover aulões para auxiliar na preparação da prova Brasil. Utilizar os materiais do drive e das plataformas que são voltados para a preparação das avaliações externas. Oferecer um número maior de atendimentos na sala do AEE para auxiliar os alunos com aulas individuais.
PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	Exemplo: Falta de acompanhamento do cotidiano escolar dos filhos. Pouca participação em reuniões e outros eventos da instituição. Falta de participação nas decisões da instituição.	Conscientizar a família da importância de acompanhar a vida escolar dos filhos através de diálogos e eventos que envolvam as famílias. Envolver as famílias nas tomadas de decisões, pois escola e família precisam estar unidas para o sucesso de todos.
INFRAESTRUTURA	Exemplo: Falta de uma quadra de Esportes para os alunos Salas de aulas pequenas Muitas carteiras danificadas	Buscar parcerias para a construção da quadra de esportes Buscar parcerias para a ampliação das salas de aulas. Solicitar que seja feita a troca das carteiras danificadas (em andamento pela Secretária de Educação)

PRIORIDADES DO PDDE	Exemplo; 1. Adquirir materiais de limpeza , pedagógico e de secretaria com a verba em custeio do PDDE. adquirir jogs e materiais acessíveis para a sala do AEE com a verba de custeio do PDDE Sala de Recursos.	Adquirir mesas e cadeiras de plástico para a sala de reuniões e eventos, com a verba PDDE em capital. Adquirir um Datashow com a verba PDDE Qualidade Educação Conectada. Adquirir mesas, impressora e armário para sala do AEE com a verba PDDE Sala de Recursos.
SITUAÇÃO LEGAL DA INSTITUIÇÃO	Aguardando a visita do Corpo de Bombeiros para dar continuidade ao processo de regularização.	Aguardando a visita do Corpo de Bombeiros para dar continuidade ao processo de regularização.

16. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Alfa Mais Goiás: Fortalecimento da Educação em Goiás*. Brasília: MEC, 2023.

Este documento aborda as estratégias e objetivos do programa Alfa Mais Goiás, destacando os avanços na educação básica e a integração de metodologias inovadoras nas escolas do estado de Goiás.

SANTOS, Maria Lúcia dos. *Educação Ambiental: Práticas e Perspectivas no Contexto Escolar*. São Paulo: Editora Educação Sustentável, 2021.

A autora discute a importância da educação ambiental nas escolas, com ênfase nas práticas pedagógicas que podem ser implementadas para sensibilizar os alunos sobre as questões ambientais desde a educação infantil até o ensino médio.

SOUSA, João P. de. *Escola em Tempo Integral: Desafios e Possibilidades para a Formação Integral do Estudante*. Campinas: Editora Acadêmica, 2020.

Este livro aborda as diferentes abordagens para a implementação de escolas em tempo integral, suas vantagens no processo de aprendizagem e a construção de um ambiente educacional mais amplo e integrado para os alunos.

MARTINS, Fernanda S. e LIMA, Marcos T. de. *A Escola das Adolescências: Inovações Pedagógicas e Formação Integral de Jovens*. Rio de Janeiro: Editora Juventude e Educação, 2022.

A obra analisa o conceito de escola para adolescentes, focando nas estratégias pedagógicas que visam promover uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades dessa faixa etária.

GOMES, Rita S. et al. *Práticas de Educação Ambiental nas Escolas de Tempo Integral em Goiás*. Goiânia: Editora Goiás, 2021.

Este estudo investiga as práticas de educação ambiental nas escolas de tempo integral no estado de Goiás, destacando os desafios e as metodologias aplicadas para integrar questões ambientais ao currículo escolar.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental: Computação e Tecnologias Digitais*. Brasília: MEC, 2020.

A BNCC aborda a inserção das competências digitais e de computação no currículo escolar, evidenciando a importância da educação tecnológica no desenvolvimento dos alunos, desde a educação infantil até o ensino fundamental.

SILVA, Claudia N. da. *Antirracismo na Educação: Práticas Pedagógicas para a Inclusão Étnico-Racial nas Escolas*. São Paulo: Editora Educativa, 2021.

Este livro oferece reflexões e práticas pedagógicas para promover o antirracismo nas escolas, com foco na inclusão étnico-racial e na valorização da cultura negra dentro do ambiente escolar.

LIMA, Marcos T. de e PEREIRA, Ana Lúcia F. *Inclusão Étnico-Racial e Educação: Desafios e Estratégias para uma Prática Pedagógica Antirracista*. Rio de Janeiro: Editora Diversidade, 2022.

A obra discute a implementação de ações pedagógicas antirracistas e a importância de uma abordagem inclusiva, que promova a igualdade de oportunidades para estudantes de diferentes etnias.

BOUTINET, Jean-Pierre. *Antropologia do Projeto*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002. O autor explora a relação entre antropologia e o conceito de projeto, discutindo suas implicações no desenvolvimento de propostas educacionais e sociais.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Documento que apresenta diretrizes para a formação de currículos voltados para a educação infantil, com ênfase nas práticas pedagógicas para o desenvolvimento integral das crianças.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Para a Formação de Professores*. MEC/SEF. Brasília, 1999. Este referencial propõe orientações para a formação docente, buscando fortalecer as práticas pedagógicas e o desenvolvimento profissional dos educadores.

BRASIL. *Lei 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as normas gerais para a educação brasileira, definindo direitos e responsabilidades em todos os níveis de ensino.

BRASIL. *Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: MEC, 1990. Este documento estabelece os direitos fundamentais da criança e do adolescente, com foco na proteção, educação e cidadania.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. CBMM/Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças/UNICEF/Oficina de Ideias. *10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira*. São Paulo, 1994.

As medidas apresentadas visam promover o desenvolvimento e a proteção integral da criança, com implicações diretas nas práticas pedagógicas e educacionais.

DEWEY, J. *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. A obra de Dewey aborda a importância do pensamento crítico e reflexivo no processo educacional, defendendo a educação como um meio para o desenvolvimento do pensamento independente e da resolução de problemas.

DOMINGUES, José Luís. *O Cotidiano da Escola de 1º Grau: O Sonho e a Realidade*. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1985. A pesquisa de Domingues reflete sobre as contradições entre as expectativas e a realidade do cotidiano escolar, especialmente no ensino fundamental.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. *A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: O Conhecimento é um Caleidoscópio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998. O livro discute como organizar o currículo escolar a partir de projetos de trabalho, com uma abordagem interdisciplinar e centrada na construção do conhecimento pelo aluno.

MIRANDA, Cláudia. LOPES, Angélica Carvalho. RODRIGUES, Vera Lúcia. *Alfabetização.* São Paulo: Ática, 2001.
A obra oferece uma reflexão sobre as práticas de alfabetização e a construção do conhecimento, com foco nas metodologias mais eficazes para o desenvolvimento da leitura e escrita.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Escola, Currículo e a Construção do Conhecimento.* In: *Escola Básica.* Coletânea CBE Campinas, Papirus, 1992.
O autor reflete sobre o papel do currículo escolar na construção do conhecimento e como ele pode ser um instrumento para a promoção de um aprendizado mais significativo.

RIBEIRO, Lucília Ávila. *Coleção Construindo um Mundo Melhor com Estudos Sociais, Saúde e Ciências.* São Paulo: Editora Ávila, 2005.
A coleção busca integrar temas de estudos sociais, saúde e ciências de forma a promover a educação para a cidadania e o bem-estar social.

SNIDER, Georges. *Alegria na Escola.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
O autor propõe uma reflexão sobre como a escola pode ser um ambiente prazeroso e estimulante para o aprendizado, enfatizando a importância da alegria e da motivação no processo educativo.

17. Ata de Aprovação

Cristalina, 04 de Abril de 2025.

Aos 04 dias do mês de Abril do ano de 2025, reuniram-se direção, professores, funcionários, alunos e pais da Escola Municipal José Gomes Gonçalves para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico para o ano de 2025. Ressalta-se que a elaboração do mesmo se deu de forma coletiva e participativa dos componentes da comunidade escolar com a intenção da escola e seus profissionais realizarem um trabalho de qualidade, resultante de reflexões e questionamentos dos profissionais sobre o que é a escola hoje e o que poderá vir a ser. Foram discutidas as fraquezas, ameaças, oportunidades e forças da instituição bem como verificados os resultados das avaliações externas e fluxo do ano de 2024 para que servissem de diagnósticos orientadores para a elaboração do Plano de Ação Coletiva 2025. Desta forma o Projeto Pedagógico apresentado expressa a identidade da escola como uma instituição que tem personalidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo, levando em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, e as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do Sistema Municipal de Educação, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; gestão democrática; qualidade do ensino; organização e integração curricular; integração escola/família/comunidade e autonomia.

Nome Completo dos Participantes:	Cargo que ocupa:	Assinatura:
Dora Gonçalves de Carvalho Botelho	Diretora	Dora Gonçalves de Carvalho Botelho
Ana Lúcia de S.Oliveira Cesário	Coordenadora Pedagógica	Ana Lúcia de S.Oliveira Cesário
Mariana Gonçalves Carneiro Leite	Coordenadora Pedagógica	Mariana G. Leite
Lucileuda Lima de P. Ribeiro	Secretaria Geral	Lucileuda L.P. Ribeiro
Amanda Gonçalves Gomes	Auxiliar de Secretaria	Amanda G. Gomes
Doriane Pereira de Castro	Professor(a)	Doriane P. de Castro
Leonardo Júnio Moreira Rocha	Professor(a)	Leonardo Júnio Moreira Rocha
Neidiane Barbosa Duarte	Professor(a)	Neidiane B. Duarte
Jefferson da Silva Ribeiro	Pais de aluno	Jefferson da Silva Ribeiro
Nataly Lopes da Silva Abreu	Pais de aluno	Nataly Lopes da Silva Abreu
Regiane Pereira de Souza	Professor(a)	Regiane P. de Souza
Regiane Cristina Leite Rosa	Professor(a)	Regiane C. Leite Rosa
Senir Almeida da Silva	Professora AEE	Senir Almeida da Silva
Tatiane Corrêa Baptista	Professor(a)	Tatiane C. Baptista
Tais Alves de Moura	Professor(a)	Tais Alves de Moura
Waldair Fernandes de Matos	Professor(a)	Waldair F. de Matos
Walma de Lima Campos	Professor(a)	Walma de Lima Campos

18. Anexos



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico

Foi realizada a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal José Gomes Gonçalves para o ano letivo de 2025, documento essencial para nortear a organização e o funcionamento da instituição. O PPP apresenta a identidade da unidade escolar, incluindo sua história, missão e dados institucionais, além de traçar um diagnóstico detalhado da realidade educacional e estabelecer diretrizes pedagógicas e administrativas que garantam um ensino de qualidade.

O diagnóstico institucional contempla informações sobre o desempenho acadêmico dos estudantes, fluxo escolar, distorção idade-série, IDEB e metas estabelecidas. A partir dessa análise, foram identificados pontos de atenção que orientam a formulação de estratégias pedagógicas e ações de intervenção. Destaca-se a avaliação Saego Alfa, que permite um diagnóstico detalhado do nível de alfabetização dos alunos, fornecendo subsídios para a criação de iniciativas voltadas à melhoria do processo de aprendizagem. Além disso, a Avaliação de Fluência Leitora possibilita um acompanhamento preciso da evolução dos estudantes na leitura, analisando percentuais de entrada e saída, de modo a garantir intervenções eficazes para o aprimoramento da competência leitora. Os resultados finais do ano anterior também foram examinados, fornecendo um panorama da progressão dos alunos e orientando a formulação de medidas pedagógicas para fortalecer o ensino.

A aplicação da Análise SWOT possibilitou uma visão estratégica da escola, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A partir desse levantamento, foram traçadas ações que potencializam os pontos fortes da instituição, minimizam os desafios internos, aproveitam oportunidades externas e enfrentam riscos que possam comprometer o desempenho educacional. Dessa forma, essa abordagem orienta um planejamento escolar mais eficiente e alinhado às necessidades da comunidade escolar.

O PPP também define objetivos gerais e específicos alinhados à missão da escola e fundamentados nos princípios legais que regem a educação básica. O documento está em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece os princípios e fins da educação brasileira. Além disso, atende à Lei nº 11.274/2006, que regulamenta o ensino fundamental de nove anos com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de

idade, e à Lei nº 12.796/2013, que alterou a LDB para tornar obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos quatro anos de idade, incluindo a educação especial como modalidade a ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. O documento também está respaldado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que assegura os direitos dos estudantes no ambiente escolar.

A proposta curricular da escola está organizada de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normativas do Conselho Municipal de Educação, garantindo que as aprendizagens essenciais sejam asseguradas. O currículo contempla a Educação Infantil, voltada ao desenvolvimento integral das crianças; o Ensino Fundamental, estruturado para atender às demandas cognitivas e socioemocionais dos alunos. Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é disponibilizado para garantir a inclusão e a equidade no ensino.

No que se refere à estrutura e funcionamento da instituição, o PPP descreve a organização administrativa e pedagógica, os espaços físicos, as instalações e os equipamentos disponíveis, a composição das turmas e a participação discente. Também apresenta as diretrizes do regimento escolar e do conselho de classe, que regulam as práticas institucionais. A equipe de recursos humanos é detalhada, destacando a atuação de gestores, docentes, auxiliares administrativos e profissionais de serviços gerais na manutenção do funcionamento da escola.

A avaliação do desempenho dos alunos segue critérios bem definidos, assegurando um acompanhamento contínuo da aprendizagem. O PPP contempla estratégias de recuperação paralela, aplicada ao longo do ano letivo para reforçar conteúdos; recuperação especial, direcionada aos estudantes que apresentam dificuldades significativas; e progressão parcial, que permite ao aluno avançar para a série seguinte enquanto recebe suporte pedagógico adicional.

Por fim, o PPP apresenta o Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição, que sistematiza todas as iniciativas planejadas para o período de vigência do documento, garantindo o alinhamento das metas pedagógicas, a implementação de projetos institucionais e a efetivação de ações de intervenção educativa. Considerando a análise realizada, verifica-se que o Projeto Político Pedagógico da escola está devidamente estruturado, fundamentado nos princípios legais e pedagógicos vigentes e atende às exigências institucionais e educacionais para o ano letivo de 2025.

A aprovação do Projeto Político Pedagógico pela comunidade escolar evidencia a construção coletiva e participativa do documento, reforçando os princípios da gestão democrática e a autonomia institucional. Após a análise documental e a verificação do cumprimento das diretrizes pedagógicas

e normativas, conclui-se que o projeto está devidamente estruturado e apto para implementação, garantindo a qualidade e a efetividade das ações educacionais propostas.